



RELATÓRIO ANUAL
DE INFORMAÇÕES

2012

COMPROMISSO
ATRAVÉS DO TEMPO

FIBRA
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Fundação
Itaipu
Brasil

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Fibra encerra o ano de 2012 com um rol de bons resultados. A rentabilidade total dos investimentos atingiu 24,65%, marcada a mercado, ou 17,11%, pelo critério contábil, o que permitiu encerrarmos o ano com um superávit de R\$ 59 milhões. Fundamentados na boa técnica, na estratégia e na disciplina dos investimentos ao longo do tempo, conseguimos que a rentabilidade dos ativos que compõem a carteira de investimentos superasse a meta atuarial de IPCA+ 5,75% (11,92%), apesar de um mercado altamente volátil e carente de alternativas atrativas e seguras de investimentos.

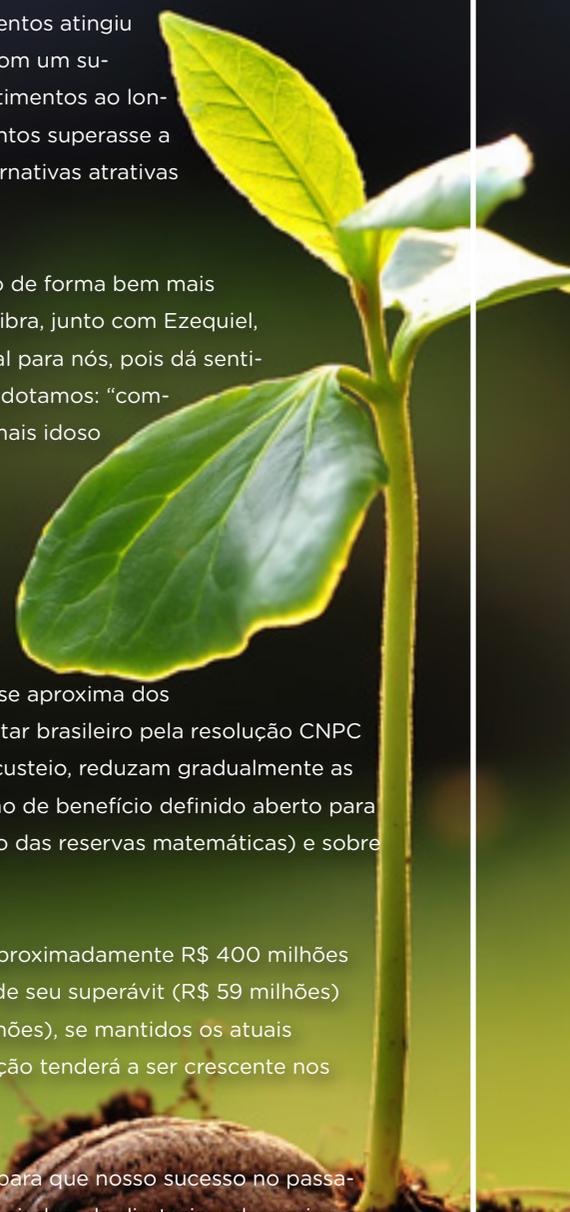
Mais do que números financeiros, o cumprimento de nossa missão pode ser observado neste ano de forma bem mais direta, ao comemorarmos o aniversário de 100 anos de Dona Cecília, pensionista mais idosa da Fibra, junto com Ezequiel, de 20 anos, o participante ativo mais jovem da Fibra. Participar deste momento foi muito especial para nós, pois dá sentido humano ao esforço técnico desenvolvido pela equipe, e preenche de significado o lema que adotamos: “compromisso através do tempo”. Afinal, a diferença de 80 anos entre o participante mais jovem e o mais idoso demonstra a dimensão temporal de nossa responsabilidade.

E é esta noção de responsabilidade que nos motiva, nos impulsiona e nos obriga a continuar avançando. Por isso, depois de rápida pausa para comemorar os bons resultados, estamos nos preparando para os muitos desafios que teremos que enfrentar no futuro.

Um dos principais desafios decorre da nova realidade de juros baixos projetada para o país, que se aproxima dos padrões internacionais. Esta nova realidade foi trazida para o sistema de previdência complementar brasileiro pela resolução CNPC nº 9/2012, que estabelece que os fundos de pensão, em seus cálculos atuariais de reservas e de custeio, reduzam gradualmente as taxas de juros, do limite anterior de 6% ao ano, para 4,5% em 2018. Como a Fibra possui um plano de benefício definido aberto para contribuições e adesões, esta redução de juros produzirá duplo efeito: sobre o passado (aumento das reservas matemáticas) e sobre o futuro (aumento de custo).

O impacto da queda das metas atuariais sobre as reservas passadas tende a ser expressivo, de aproximadamente R\$ 400 milhões até 2018, mas a Fibra espera poder cobrir quase que integralmente este valor utilizando a soma de seu superávit (R\$ 59 milhões) com os títulos federais ainda marcados na curva (cuja diferença, em dez/2012, era de R\$ 337 milhões), se mantidos os atuais parâmetros de mercado. Mas, em relação ao custeio futuro, o impacto nas alíquotas de contribuição tenderá a ser crescente nos próximos anos, na medida em que as metas atuariais sejam reduzidas.

Portanto, ainda que os resultados se mostrem positivos no momento, temos que tomar cuidado para que nosso sucesso no passado não bloqueie nossa visão de futuro. Assim, contamos com a atuação integrada de nossos colegas, da diretoria e da equipe técnica, e com a confiança de nossos participantes, para adotarmos as medidas necessárias para assegurar a sustentabilidade da Fibra dentro do novo cenário, e matemos nosso “compromisso através do tempo”, como esperam nossos participantes e nossa patrocinadora Itaípu.



SÍNTESE DOS RESULTADOS

DESEMPENHO DA FIBRA

O superávit acumulado ficou em R\$ 59 milhões, já considerados os resultados dos investimentos (que compõem o Ativo Líquido) e a variação das necessidades de recursos para honrar o compromisso com os Participantes (Passivo Atuarial).

RENTABILIDADES (EM %)		2012	24 MESES	36 MESES	60 MESES
RESULTADOS	Fibra (contábil) ¹	17,11	27,79	42,45	75,92
	Fibra (MtM) ²	24,65	36,52	56,30	96,64
OBJETIVOS	IPCA+5,75% ³	11,92	26,06	41,18	74,42
REFERÊNCIAS	IPCA	5,84	12,72	19,38	31,88
	CDI	8,41	20,99	32,73	63,85
	IBOVESPA	7,40	-12,05	-11,13	-4,63

1 - Já considerada a reclassificação dos títulos públicos federais (NTN-Bs) marcados na curva para mercado.

2 - MtM ou Marcado a Mercado: Ajuste do valor de uma ação ou portfólio para refletir valores atuais de mercado.

3 - Rentabilidade Mínima Atuarial.

RESERVAS	2011 R\$ MIL	2012 R\$ MIL	VARIAÇÃO R\$ MIL	VARIAÇÃO %
Reserva Matemática (Passivo Atuarial) ¹	2.018.883	2.332.953	314.070	15,56
Reserva de Benefícios Concedidos	1.326.401	1.538.139	211.738	15,96
Reserva de Benefícios a Conceder	737.315	841.157	103.842	14,08
Reserva a Amortizar	-44.833	-46.343	-1.510	3,37
Reserva Técnica (Ativo Líquido) ²	2.093.747	2.391.960	298.213	14,24
Resultado Acumulado ³	74.864	59.007	-15.857	-21,18

1 - Passivo Atuarial (denominado Reserva Matemática): representa o valor atual dos compromissos atuais (benefícios concedidos) e futuros (benefícios a conceder), já descontada a expectativa do recebimento de contribuições futuras.

2 - Ativo Líquido (denominado Reserva Técnica): representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, já descontadas as provisões diversas, em especial para questões tributárias.

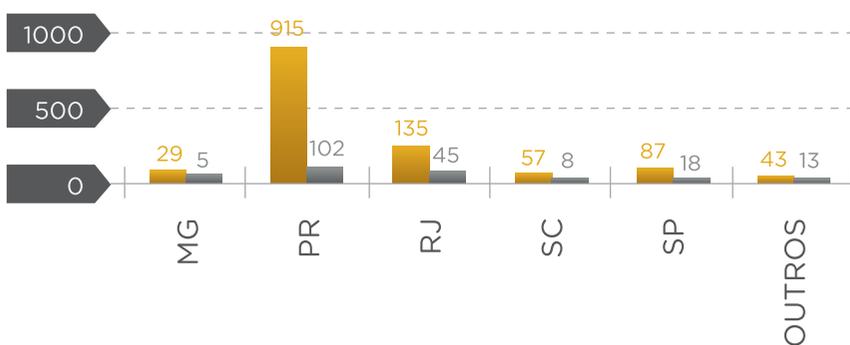
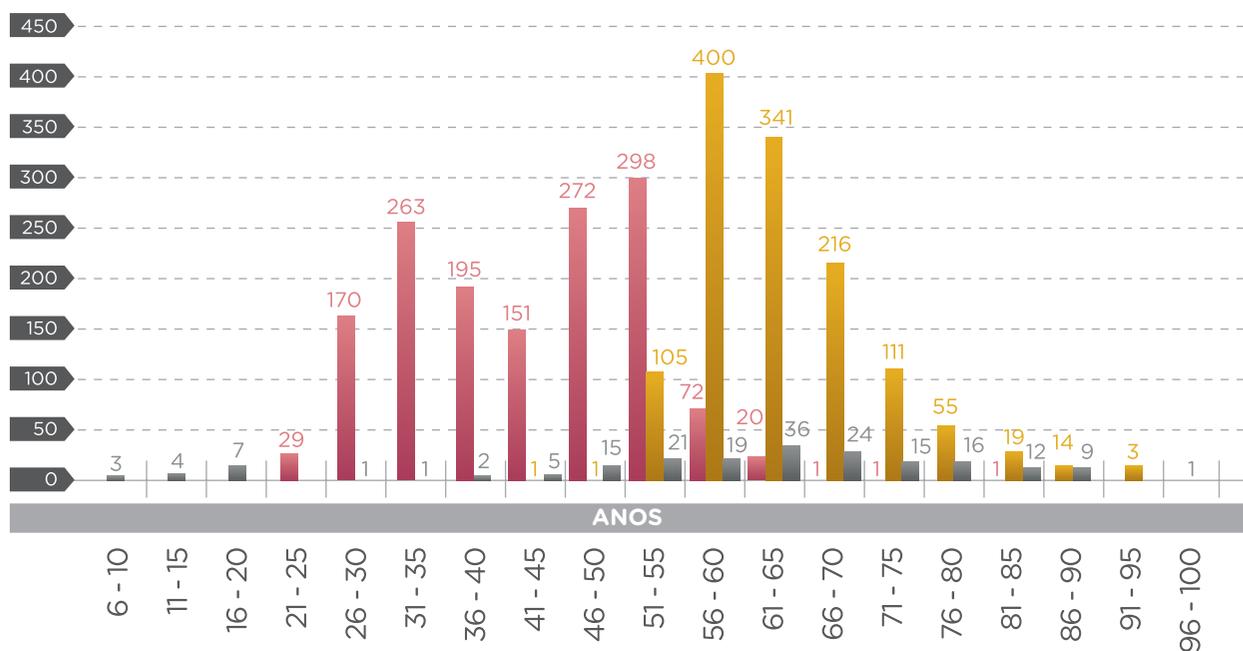
3 - Resultado Acumulado (Superávit): representa o resultado da diferença entre a evolução do Ativo Líquido e do Passivo Atuarial.

Em dezembro de 2012, foi transferida parte da carteira de títulos federais Nota do Tesouro Nacional - série B (NTN-B) da categoria *Títulos Mantidos até o Vencimento* para a categoria *Títulos para Negociação*, em consonância com o art. 6º da Resolução CGPC nº 04/2002. A transferência resultou em um aumento patrimonial de R\$ 58,9 milhões, garantindo parcialmente a cobertura do acréscimo das provisões matemáticas, no valor de R\$ 85,6 milhões, decorrente da redução da taxa de juros atuarial, de 5,75% para 5,5%, prevista na legislação.

Apesar da transferência dessas NTN-Bs, a Fibra mantém títulos federais contabilizados pelas taxas de aquisição, que se fossem precificados a valor de mercado em 31 de dezembro de 2012, o superávit técnico seria acrescido em R\$ 337,0 milhões.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A abrangência de um fundo de pensão como a Fibra pode ser verificada nos gráficos de distribuição dos Participantes, tanto por idade quanto por região.



ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os quadros a seguir apresentam informações sobre a origem e o destino dos recursos:

ORIGEM DOS RECURSOS	R\$ MIL	%
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS (PATROCINADORES)	31.307	7,14
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS (PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS)	28.950	6,61
RENDIMENTOS DOS INVESTIMENTOS (ANTES DOS IMPOSTOS)	350.010	79,86
REMUNERAÇÃO DA RESCISÃO DA DAÇÃO DE PAGAMENTO	14.148	3,23
OUTRAS (SOBRECARGA ADMINISTRATIVA E OUTRAS)	13.845	3,16
TOTAL DA ORIGEM DOS RECURSOS	438.260	100

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	R\$ MIL	%
PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS (LÍQUIDO DE IMPOSTOS)	409.460	93,43
• PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS (LÍQUIDOS DE IR)	110.901	
• CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS (PROVISÃO DE AÇÕES JUDICIAIS DE ASSISTIDOS)	137	
• CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS	314.070	
• REVERSÃO DE SUPERÁVIT TÉCNICO	-15.648	
GOVERNO (IMPOSTO DE RENDA, INSS, FGTS)	18.468	4,21
EMPREGADOS (LÍQUIDO DE IMPOSTOS) (SALÁRIOS, 13º SALÁRIOS, FÉRIAS, PLANO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA PRIVADA, TREINAMENTO, ESTAGIÁRIOS E SEGURO)	5.812	1,33
FORNECEDORES (ATUÁRIO, ADVOGADOS, MANUTENÇÃO DE SOFTWARE, ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E OUTROS)	1.366	0,31
DIVERSOS (ALUGUÉIS, MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ÁGUA, LUZ, TELEFONE ETC.)	1.147	0,26
CONSTITUIÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO NO EXERCÍCIO (SOBRA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS/RENTABILIDADE DO SALDO EXISTENTE)	2.007	0,46
TOTAL DE RECURSOS DESTINADOS ¹	438.260	100

1 - Não inclui despesas com custódia, depreciação de imóveis e demais despesas de investimentos

GESTÃO ESTRATÉGICA

Sob a ótica da gestão estratégica, a Fibra vem constantemente se aprimorando com o objetivo de estar alinhada com as melhores práticas de governança corporativa. Para isso, utiliza ferramentas modernas e eficazes na busca de resultados profícuos para seus Participantes e Patrocinadores, estabelecendo indicadores e metas para monitoramento de ações que visam atingir os objetivos propostos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Fibra utiliza, na sua administração e controle, os princípios da boa governança: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

EM 2012, PARA CONSOLIDAÇÃO DESSE MODELO FORAM REALIZADAS ALGUMAS AÇÕES, ENTRE ELAS:

- o treinamento e a certificação de dirigentes e empregados, atendendo às exigências constantes na legislação de investimentos. No final de 2012, onze profissionais envolvidos no processo decisório de investimentos estavam certificados e outros três em processo de certificação;

- o aprimoramento dos controles internos e a melhoria contínua dos processos, com a associação da gestão de riscos corporativos e da gestão da qualidade, foram foco constante no desenvolvimento das atividades e na integração dos processos;

- a continuidade da implementação de um formato mais moderno e ágil de comunicação com os Participantes, com a renovação do site e a ampliação dos canais de comunicação;

- a ampliação dos recursos e funcionalidades dos sistemas de apoio ao atendimento dos Participantes, proporcionando mais informação no atendimento e na gestão de relacionamento;

- a elaboração de um novo modelo de processamento e armazenamento de informações, buscando segurança, integridade e disponibilidade do ambiente de infraestrutura do negócio; e

- a continuidade das ações de fortalecimento do ambiente de Business Intelligence. As áreas de negócios concluíram seus indicadores nesse ambiente e em todos aqueles relacionados à gestão da qualidade (modelo de gestão à vista).

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Utilizado como ferramenta de gestão desde 2000, o Planejamento Estratégico tem-se mostrado fundamental para o direcionamento das ações de curto, médio e longo prazo da Fundação, visando ao constante aperfeiçoamento das suas estratégias.

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em vigor desde 2002, o Programa de Participação nos Resultados tem sido um grande motivador da equipe frente aos desafios do negócio. As metas estabelecidas estão relacionadas ao Planejamento Estratégico e à Gestão de Riscos, além da rentabilidade dos ativos, dos custos administrativos, da assertividade do orçamento, da satisfação dos Participantes, entre outras.

Em 2012 foram atingidos 98,36% do total das metas estabelecidas e pactuadas.

FISCALIZAÇÃO E AUDITORIAS

Visando à manutenção da certificação ISO 9001, foram realizadas três Auditorias da Qualidade: duas internas, por uma equipe de auditores do quadro próprio da Fundação, e uma externa, por uma empresa certificadora. Anualmente, a Fibra valida seus processos por meio dessas auditorias.

De outubro a dezembro, a Auditoria Interna da Itaipu realizou os trabalhos de auditoria interna na Fibra, analisando os processos de investimentos, benefícios e administrativos.

CONFIANÇA E SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A Pesquisa de Satisfação dos Participantes, que constitui fonte de informações para o Planejamento Estratégico, confirmou o esforço coletivo em busca da excelência. Em escala de 0 a 10, em um universo de 580 Participantes entrevistados, a nota média geral manteve-se em 9,0.



CAPACITAÇÃO DE DIRIGENTES

Neste ano, mais cinco conselheiros concluíram o Curso de Capacitação para Dirigentes e Conselheiros de Fundos de Pensão. Esse treinamento é fruto de uma parceria entre a Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (PREVIPAR) e a Escola de Negócios da Universidade Positivo.

DESENVOLVIMENTO DA EQUIPE TÉCNICA

A política de recursos humanos da Fibra contempla a atenção permanente à capacitação técnica dos seus profissionais. Com esse objetivo, foram realizadas 665 horas de treinamentos técnicos e gerenciais, que resultaram em aperfeiçoamentos e certificações de diversos profissionais.

Outra ação decorrente do Planejamento Estratégico foi a realização de um programa de *coaching* com os gestores, visando aperfeiçoar os métodos de gestão e melhorar o clima organizacional.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

SITUAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO

Em 2012, prolongaram-se as incertezas de uma solução para a crise europeia, apesar de avanços importantes no estabelecimento de mecanismos de liquidez financeira que passaram a garantir certa estabilidade para o mercado. Nesse ano, a lenta recuperação da economia norte-americana foi acompanhada da falta de acordo no Congresso dos EUA em relação ao adiamento de medidas fiscais, mais conhecidas como abismo fiscal. Ainda, a China demonstrou que o mundo terá de conviver com um padrão de crescimento mais modesto nos próximos anos.

No mercado local, observou-se intensa intervenção governamental com o objetivo de estimular a economia. A taxa de juros (SELIC) foi reduzida de 11% a.a. para históricos 7,25% a.a., modificando padrões estabelecidos na economia brasileira há muitos anos - refletindo no fechamento dos prêmios dos títulos públicos federais. Essa medida foi acompanhada de estímulos à concessão de crédito, redução do custo de intermediação financeira, intervenções cambiais, modificações no cálculo de remuneração da caderneta de poupança e a edição de medidas com vistas a reduzir o custo da energia elétrica aos consumidores.

Não obstante, o PIB registrou tímido crescimento de 0,9%, refletindo o baixo desempenho da indústria brasileira em comparação aos bons números de vendas no varejo, que vêm se sustentando ao longo dos últimos anos em razão da taxa de desemprego historicamente baixa e da expansão dos ganhos reais dos trabalhadores.

Contrastando com o consumo das famílias, que seguiu em alta em 2012, a taxa de investimento retraiu, influenciando negativamente o crescimento do PIB e agravando o cenário em um ambiente de inflação persistente (o índice fechou em 5,84%, enquanto o teto da meta estabelecida pelo Banco Central é de 6,50%).

A Bolsa de Valores de São Paulo fechou 2012 aos 60.952 pontos com modesta expansão de 7,4%, refletindo as incertezas do cenário externo e o baixo crescimento da economia brasileira.

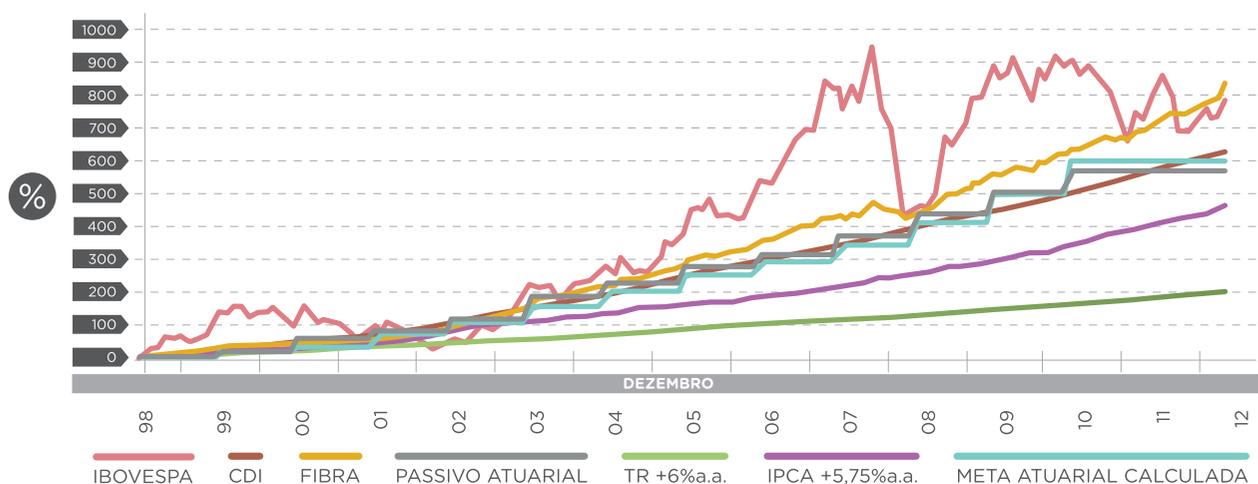
O ano de 2013 trará ainda mais desafios para a gestão de investimentos em um ambiente caracterizado por taxas de juros reais comprimidas e inflação próxima ao teto da meta estabelecida pelo Banco Central. Por outro lado, a tendência da Bolsa de Valores é iniciar o ano com os preços dos papéis mais ajustados a essa nova realidade e com boas perspectivas de lucros pelas empresas. Por parte do Governo Federal, a taxa de investimento precisará crescer para estimular a competitividade da indústria local e inseri-la na atual cadeia de manufatura global, cada vez mais integrada.

RENTABILIDADE GERAL DOS INVESTIMENTOS

A Fibra registrou rentabilidade de 17,11%, ficando acima da meta atuarial de 11,92%. Contribuiu para esse resultado o fechamento das curvas de juros dos títulos públicos federais como reflexo da redução de 375 pontos-base na SELIC (de 11% a.a. para 7,25% a.a.). A rentabilidade da Fibra marcada a mercado ficou em 24,65%.

Ainda que a diversificação de investimentos promovida pela Fibra nos últimos anos tenha contribuído para o resultado expressivo obtido recentemente, com superávits que fizeram face às sucessivas reduções da taxa de juros atuarial, no futuro isso poderá não ser mais possível.

RENTABILIDADE GERAL DA FIBRA / INDICADORES ECONÔMICOS (Acumulado - Dez 1998 / Dez 2012)



ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS

Em 2012 a Fibra avançou na melhoria dos processos de alocação e estratégia de investimentos. Dentre os avanços, destacamos:

- a implementação do modelo de gestão de riscos próprio para fins gerenciais, que permitirá à Fibra monitorar constantemente a aderência dos investimentos aos limites estabelecidos na Política de Investimento;

- a revisão completa da carteira de renda variável, que contou com assistência e validação de consultoria externa e permitiu agregar valor, por meio de produtos e estratégias bem alinhados aos interesses da Fibra, gerando valor em mercados específicos; e

- a realização de operações táticas em renda fixa com títulos públicos federais, com o objetivo de auferir ganhos com a inflação implícita.

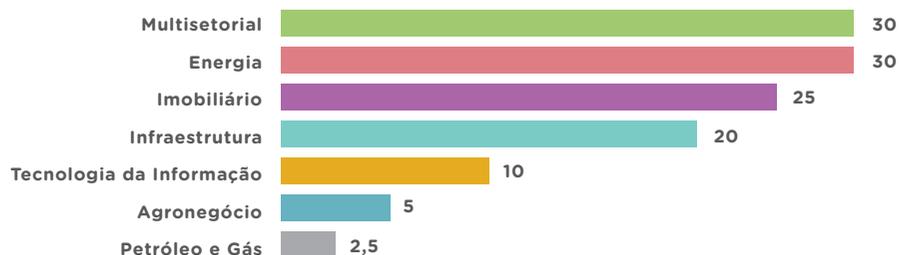
O balanceamento entre risco e retorno norteou os investimentos em 2012, que seguiram as sugestões apresentadas pelo estudo de ALM. Para a renda fixa, em especial, o ano se mostrou bastante desafiador em razão dos reflexos que a compressão de juros causou no mercado financeiro brasileiro.

Diante desse cenário, a Fibra reforçou suas apostas de investimento em Fundos de Investimento em Participações (FIP) como alternativa ao ambiente de juros baixos que vem se consolidando nos últimos anos no Brasil. Foram realizadas alocações em dois novos FIPs ligados a setores definidos no estudo setorial de 2012: shopping centers e tecnologia da informação.

Além disso, essa opção de investimento tem como foco a economia real, gerando emprego, renda e desenvolvimento de economias regionais. A estratégia de investimento nesses produtos é definida todo início de ano e prioriza os setores com maior perspectiva de crescimento da economia.

Atualmente a carteira de FIPs engloba empresas de diversos setores, tais como: energia (projetos eólicos e pequenas centrais hidrelétricas - PCHs), *shopping centers*, portos, tecnologia da informação, agronegócio, exploração de petróleo, galpões logísticos, monitoramento de cargas, edifícios corporativos, empresas de logística, infraestrutura, mercado editorial e alimentos.

FIP'S INVESTIMENTO POR SETOR (Em R\$ milhões)



POLÍTICAS DE INVESTIMENTO

As revisões das Políticas de Investimento do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa para 2013 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em dezembro. A Fibra promoveu uma série de melhorias nesses Documentos, a fim de tornar o processo de investimento mais ágil e adequado ao cenário macroeconômico atual.

A Política do Plano de Benefícios foi parametrizada com base nas sugestões do estudo de *Asset Liability Management (ALM)*¹ e em atendimento à legislação vigente, considerando (i) a redução realizada pela Fibra da taxa de juros para 5,50% a.a. em 2012, (ii) o compromisso de chegar a 4,50% a.a. em 2018, conforme a CNPC nº 09/2012 e (iii) a possibilidade de aquisição de títulos públicos federais abaixo da meta atuarial, desde que indicados pelo ALM e que as taxas da oferta estejam em linha com as taxas de reinvestimento indicadas no mesmo estudo.

Para tornar o processo de consulta mais dinâmico e fácil aos Participantes, a Fibra publicou as Políticas de Investimento do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa em sua página da internet.

¹ ALM - busca compatibilizar as disponibilidades de recursos do Plano com as necessidades de pagamento dos benefícios ao longo dos anos.

RENDIMENTOS OBTIDOS EM OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS

A Carteira de Empréstimos, que representa 2,27% dos Investimentos da Fibra, atingiu uma rentabilidade de 15,24%, ficando acima da meta atuarial projetada de 11,92%. Foram concedidos 1.434 empréstimos, com a liberação de aproximadamente R\$ 17,1 milhões (aumento de 6,98% em relação a 2011), tendo a Carteira fechado 2012 com um saldo emprestado de R\$ 53,2 milhões.

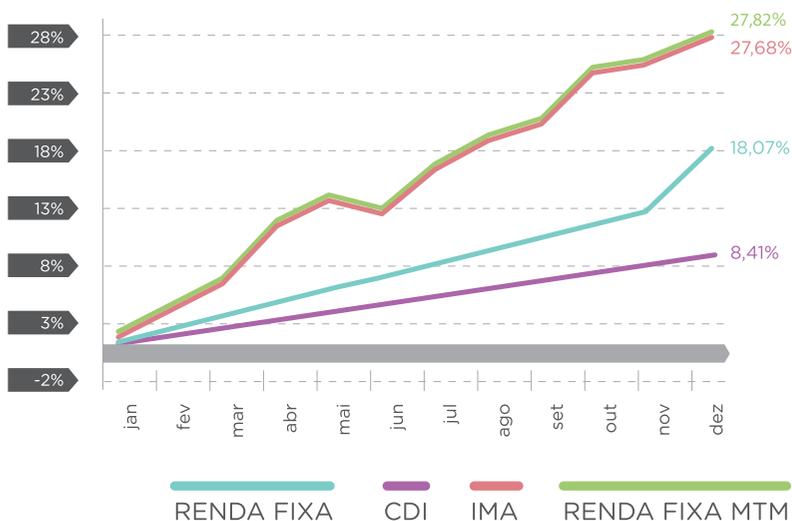
RENDIMENTOS OBTIDOS EM IMÓVEIS

A carteira de imóveis obteve rentabilidade de 5,43%, abaixo da meta atuarial. Esta baixa rentabilidade reflete o fato de que o valor dos aluguéis não acompanhou a valorização dos ativos, apresentada na reavaliação de 2011. Destaca-se que, em 2012, a Fibra alcançou 100% de locação de seus imóveis.

RENDIMENTOS OBTIDOS EM RENDA FIXA

O ano foi especialmente difícil para a carteira de renda fixa. O resultado de 18,07% não reflete a nova realidade da economia brasileira: juros reais em um dígito e inflação próxima ao teto da meta. A redução de juros promovida pelo Governo refletiu no forte fechamento dos títulos públicos federais, elevando a rentabilidade de renda fixa marcada a mercado para expressivos 27,82%. Cabe destacar também o IMA Composto Fibra (benchmark de renda fixa) que expandiu 27,68%. Muito embora o resultado seja excelente, o movimento de queda nos juros deve se acomodar ou reduzir sua magnitude, não se repetindo com a mesma intensidade em 2013, em razão da conjuntura econômica.

O movimento de redução dos títulos públicos foi acompanhado pelas emissões privadas que ofereceram, em muitos casos, prêmios abaixo da meta atuarial, denotando que os emissores buscaram se financiar a custos mais modestos em 2012. Mesmo assim, a Fibra conseguiu realizar algumas aquisições nesse mercado.



RENDIMENTOS OBTIDOS EM RENDA VARIÁVEL



A carteira de renda variável obteve rentabilidade de 14,77% contra 9,09% do benchmark (40% IBX-100 + 60% Ibovespa), refletindo as mudanças realizadas na carteira. Nesse ano, a Fibra incrementou a alocação da parcela ativa da carteira por meio de novos fundos Dividendos, Valor Ativista, Valor e *Small Caps*.

Ao longo do ano, investidores estrangeiros retiraram recursos da Bolsa de Valores, em razão das diversas medidas adotadas pelo Governo Federal para incentivar a economia. Em dezembro, o resultado obtido (6,05%), decorrente da expectativa de acordo no congresso norte-americano sobre o abismo fiscal e da volta de investidores estrangeiros à bolsa local, foi relevante para sustentar a expansão da renda variável, ainda que de forma modesta.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

- RENDA FIXA (1.747.229.227) 72%
- RENDA VARIÁVEL (419.156.770) 17%
- ESTRUTURADOS (78.434.930) 3%
- EMPRÉSTIMOS (53.208.746) 2%
- IMÓVEIS (47.111.228) 2%
- DÉB. PATROCINADORA (85.219.131) 4%



GESTÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

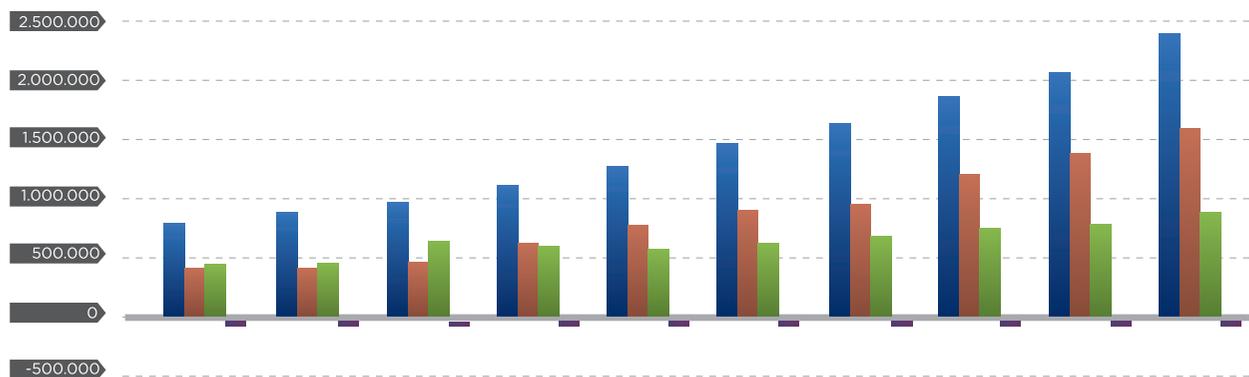
EVOLUÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL (RESERVA MATEMÁTICA)

O Passivo Atuarial é calculado com base nos dados cadastrais dos Participantes Ativos e Assistidos, tais como: tempo de serviço declarado para a Fundação, idade, remuneração média, benefício recebido, composição familiar, dentre outros.

A esses dados cadastrais são somadas premissas, com as quais se estima a expectativa de vida, o número de novas pensões, o crescimento salarial, o valor a ser pago de benefício (e até quando), tanto para os atuais assistidos quanto para os empregados ativos que irão se aposentar dentro de 20 ou 30 anos.

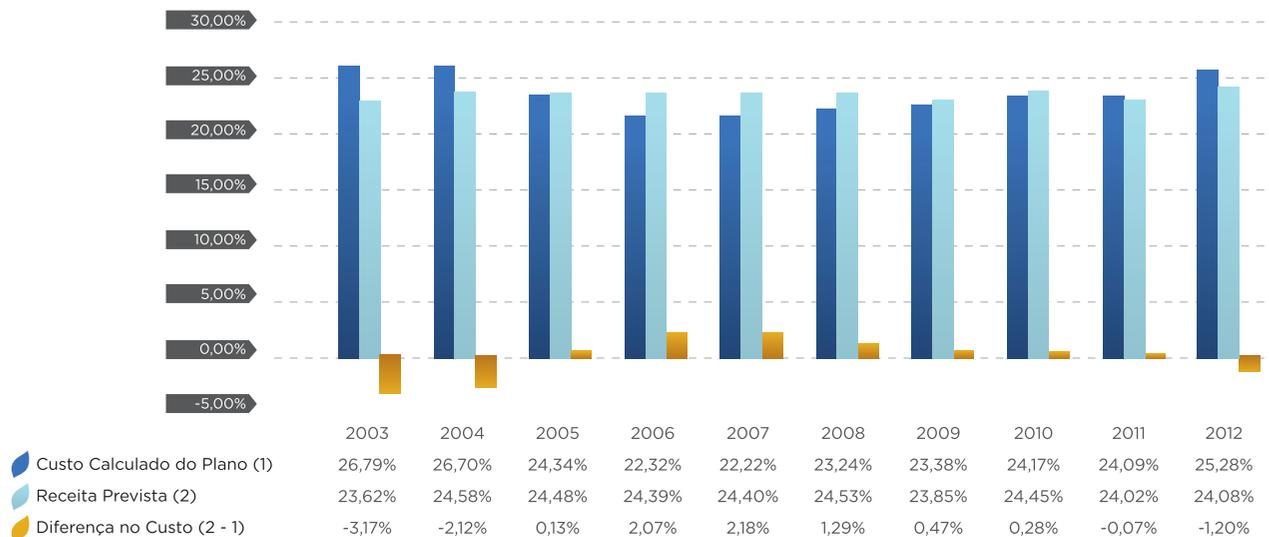
Os gráficos a seguir demonstram a evolução do Passivo Atuarial nos últimos 10 anos e a transição do Plano de Benefícios para a maturidade, pois, em 2006, o valor de garantia para os benefícios a conceder (ativos) passou a ser inferior ao valor dos benefícios concedidos (assistidos). Além disso, verifica-se que o custeio do Plano atingiu em 2003 um patamar que exigiu reajuste das contribuições dos Participantes (implantado em junho de 2004).

EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Provisões Matemáticas	751.598	848.053	991.756	1.090.644	1.224.291	1.405.677	1.577.016	1.810.764	2.018.883	2.332.953
Benef. Concedidos	383.059	398.855	427.739	576.584	728.388	868.459	981.384	1.150.742	1.326.401	1.538.139
Benef. a Conceder	416.406	496.069	613.664	557.202	536.944	579.404	637.958	704.230	737.315	841.157
Provisão a Constituir	-47.867	-46.870	-49.646	-43.142	-41.041	-42.186	-42.326	-44.208	-44.833	-46.343

EVOLUÇÃO DO CUSTO DO PLANO

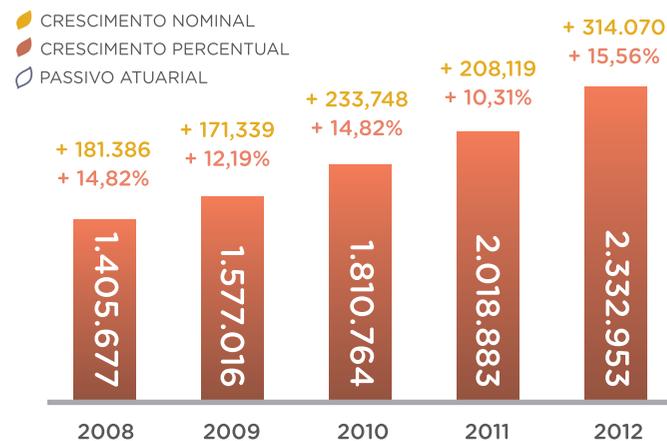


Em 2012 a legislação de Previdência Complementar teve alterações, em especial a Resolução CGPC nº 18, que determinou uma Taxa de Juros máxima de 6% a.a.. A nova legislação estabelece uma redução anual de 0,25% a partir de 2013, até atingir, em 2018, 4,5% a.a..

Atendendo ao previsto na legislação, a Fundação atualizou os estudos anuais de adequação das hipóteses e premissas atuariais, utilizadas para definir a necessidade financeira que dará a garantia aos benefícios atualmente pagos e futuros.

Na avaliação atuarial do exercício de 2012 houve redução da taxa de juros de 5,75% para 5,5% ao ano, resultando em aumento do Passivo em R\$ 85,551 milhões. Essa redução foi motivada por (i) queda dos prêmios das NTN-Bs, que demonstra a tendência de continuidade do processo gradativo de redução da taxa de juros dos títulos públicos brasileiros ao longo dos próximos anos; e (ii) limites de taxa de juros estabelecidos pela Resolução CNPC nº 09/2012.

A variação do Passivo foi coberta por (i) rentabilidade acumulada da Fibra, que não está limitada nem garantida pelas NTN-Bs, pois a alocação dos investimentos é diversificada, podendo-se esperar um prêmio de rentabilidade no longo prazo pelo risco da carteira; e (ii) reclassificação de parte da carteira de NTN-Bs, anteriormente marcadas na curva com prêmios superiores à meta atuarial, para marcação a mercado, conforme demonstrado em notas explicativas (item 4.3 -Transferência de Títulos da Categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para a Categoria "Títulos para negociação").

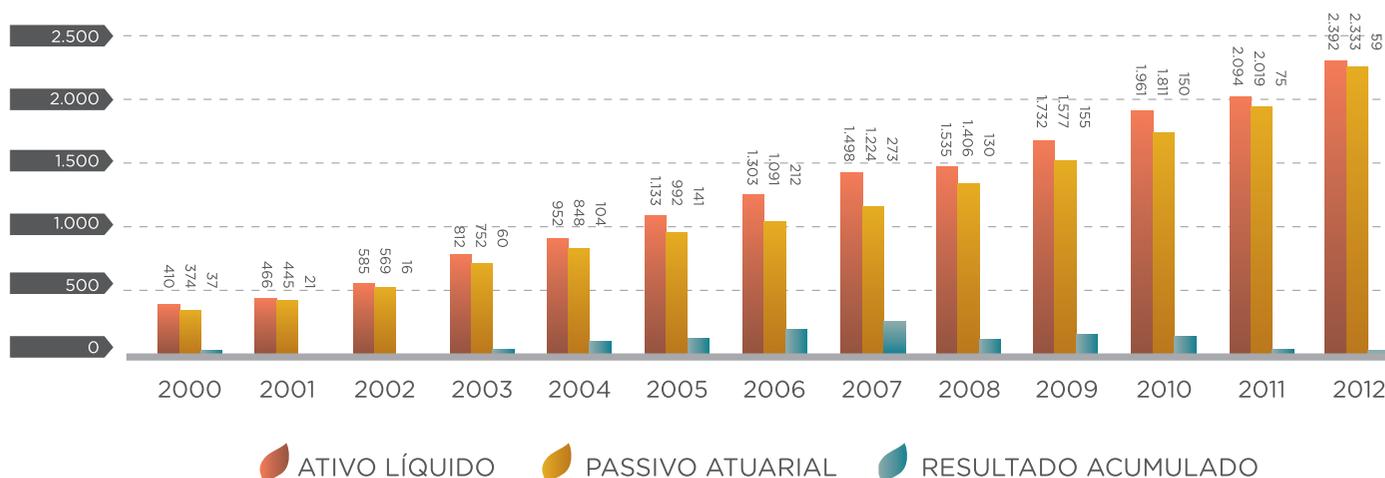


O crescimento salarial médio variou de 2,15% para 2,19%, causando um impacto de R\$ 4,3 milhões no Passivo Atuarial.

Mesmo apresentando resultado superavitário no fechamento do ano, o cálculo do Passivo Atuarial demonstra uma falta de contribuição para o Plano de Benefícios, o que leva à necessidade de revisão das alíquotas de contribuição. O assunto será tratado pelo Conselho Deliberativo da Fibra.

EVOLUÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (RESERVA TÉCNICA)

O Ativo Líquido teve acréscimo de R\$ 298,2 milhões no exercício, o que representa 14,24% sobre o período anterior. Essa variação é produto de vários fatores, entre os quais figuram a rentabilidade auferida, as receitas e as despesas previdenciárias, entre outros.



RECEITAS DESTINADAS AO PROGRAMA PREVIDENCIAL

As contribuições dos patrocinadores e dos Participantes atingiram R\$ 60,3 milhões, registrando acréscimo de 7,14% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

ORIGEM DA CONTRIBUIÇÃO		2011 R\$ MIL	2012 R\$ MIL	VARIAÇÃO R\$ MIL	VARIAÇÃO %
PATROCINADORES	Normal	25.664	27.114	1.450	5,65%
	Suplementar ¹	3.969	4.193	224	5,65%
	Subtotal	29.633	31.307	1.674	5,65%
PARTICIPANTES	Ativos	15.580	16.474	894	5,74%
	Autopatrocinados	310	284	-26	-8,39%
	Aposentados	9.865	11.320	1.455	14,75%
	Jóias, Taxa Insc. e outras	853	872	19	2,23%
	Subtotal	26.608	28.950	2.342	8,80%
Total	56.241	60.257	4.016	7,14%	

¹ Contribuição referente ao tempo passado dos fundadores

DESPESAS PREVIDENCIAIS COM PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Foram pagos R\$ 126,5 milhões em benefícios em 2012, com acréscimo de 15,12% em relação ao ano anterior. As principais causas desse acréscimo foram o aumento de 5,27% no número de assistidos (que passou de 1204 para 1266 aposentados e de 180 para 191 pensionistas), além do reajuste da tabela salarial em 6,77%, concedido em novembro.

No gráfico a seguir pode ser observado como a Folha de Pagamento de Benefícios evoluiu nos últimos 10 anos, principalmente a partir de 2005, quando foi implantado o Programa Permanente de Desligamento Voluntário (PPDV) da Itaipu.

Com essa nova conjuntura, anualmente a folha de pagamento de benefícios é acrescida em torno de 70 novos aposentados.



DESPESAS COM PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS		2011 R\$ MIL	2012 R\$ MIL	VARIAÇÃO R\$ MIL	VARIAÇÃO %
MENSAL CONTINUADO	Aposentadoria	98.472	112.952	14.480	14,70
	Pensão	11.007	12.431	1.424	12,94
	Benefício Especial Temporário	31	63	32	103,23
	Subtotal	109.510	125.446	15.936	14,55
PAGAMENTO ÚNICO	Rest. de contribuição - Resgate	294	1.032	738	251,02
	Portabilidade	54	0	-54	-100,00
	Auxílio-Funeral	8	5	-3	-37,50
	Subtotal	356	1.037	681	191,29
TOTAL		109.866	126.483	16.617	15,12

Observa-se que em 2012 foram pagos em benefícios R\$ 66,2 milhões a mais do que os valores recebidos de contribuições previdenciárias. Esse montante foi coberto pelas reservas atuariais constituídas ao longo dos anos, o que confirma a maturidade do plano de benefícios.

RELACIONAMENTO

PARTICIPANTES

O ano foi marcado pela consolidação do foco voltado ao Participante:

1. Conclusão de reforma - em dezembro, foi concluída a reforma da área de relacionamento com o Participante no escritório de Curitiba, proporcionando melhor privacidade e um ambiente mais agradável.

2. Uso do CRM - a utilização do CRM (sistema de gestão de relacionamento) como ferramenta de gestão foi intensificada e aprimorada. No ano, foram registrados 9.702 atendimentos.

3. Novo site - em agosto de 2012 foi implantada a nova versão do site da Fibra, com mais interação, segurança e riqueza de informações para o Participante.

4. Novo Programa - no final de agosto, foi lançado o Programa de Educação Financeira e Previdenciária, com estrutura e suporte de um portal específico, a partir do site da Fibra. O portal encerrou o ano com 2.612 acessos.

5. SMS - em outubro, foi implantado o Serviço de Mensagem Instantânea via celular-SMS como um novo canal de comunicação com os Participantes. Por meio dessa ferramenta, os Participantes podem monitorar suas alterações cadastrais, tais como endereço, conta bancária, telefone, entre outros, além de receber comunicados importantes da Fibra.

6. Compromisso Através do Tempo - o ano foi marcado por um fato inédito na história da Fundação: uma das beneficiárias do plano, a Sra. Cecília Salgado Alvarenga, viúva do Sr. João Batista Alvarenga, completou 100 anos. Para celebrar esse acontecimento, foi promovido um encontro entre a Sra. Cecília e o participante Ezequiel Kutter Dobke, 20 anos, o mais novo Participante do plano.





7. Homenagem - em janeiro, foi realizada uma homenagem a todos os aposentados dos fundos de pensão, durante solenidade alusiva ao Dia do Aposentado (24 de janeiro) promovida pela ABRAPP e pelo SINDAPP, na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro. O aposentado homenageado pela Fibra foi o Sr. José Carvalho de Oliveira.

PATROCINADOR

Em novembro, a Fibra lançou o programa “A Fibra vai até você”, com o objetivo de estreitar seu relacionamento com os Participantes e também com os gestores da Itaipu. Para atender à primeira etapa desse projeto, foram realizadas visitas individuais a 83 gestores da Itaipu, para apresentar os produtos e serviços oferecidos pela Fibra, sanar dúvidas e colher sugestões.

COLEGIADOS

Em 2 de abril de 2012, ocorreu a posse dos novos membros do Conselho Deliberativo, que cumprirão seu mandato até março de 2015. Na mesma data, foram empossados os novos membros do Comitê de Investimentos, cujos mandatos também se estendem até março de 2015. Já os atuais membros do Conselho Fiscal vêm atuando desde abril de 2011, com mandato até março de 2014.



COMUNIDADE PREVIDENCIÁRIA E MERCADO

O entrosamento da Fibra com a comunidade do sistema de previdência brasileiro se evidencia pela sua ativa participação na ABRAPP como membro no Conselho Deliberativo, comissões técnicas nacionais (Governança, Relacionamento, Investimentos e Tecnologia da Informação) e na Comissão Técnica Regional Sul de Investimentos; na PREVIPAR como membro e na Comissão de Educação Financeira e Previdenciária; na Diretoria Técnica da ANCEP (Associação Nacional dos Contadores de Entidades de Previdência); no Comitê de Investidores Institucionais da ABVCAP (Associação Brasileira de *Private Equity* e *Venture Capital*); como membro da Banca Inovar da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos - Ministério da Ciência e Tecnologia); e participação em eventos voltados aos fundos de pensão nos âmbitos nacional e internacional.

FIBRA EM NÚMEROS

1.473	PARTICIPANTES ATIVOS, O QUE REPRESENTA 99,39% DO TOTAL DE EMPREGADOS
1.457	ASSISTIDOS (APOSENTADOS E PENSIONISTAS)
3.889	BENEFICIÁRIOS (DEPENDENTES)
75	PARTICIPANTES QUE SE APOSENTARAM NO ANO
55	EMPREGADOS NOVOS QUE ADERIRAM AO PLANO NO ANO
42,28 anos	IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES ATIVOS
64,21 anos	IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES ASSISTIDOS
100	IDADE DO ASSISTIDO MAIS IDOSO
20	IDADE DO PARTICIPANTE ATIVO MAIS JOVEM
1.434	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS
9.702	ATENDIMENTOS REALIZADOS
80.806	ACESSOS AO SITE
R\$ 126,5 milhões	PAGOS EM BENEFÍCIOS (15,12% A MAIS QUE EM 2011)
R\$ 1,307 bilhão	PAGOS EM BENEFÍCIOS DESDE A CRIAÇÃO DA FIBRA (CORRIGIDO PELO INPC)
24,65%	RENTABILIDADE GERAL DOS INVESTIMENTOS (MARCADA A MERCADO)
17,11%	RENTABILIDADE GERAL DOS INVESTIMENTOS (CONTÁBIL)
11,92%	META ATUARIAL PARA A RENTABILIDADE GERAL DOS INVESTIMENTOS
24	HORAS DE REUNIÕES REALIZADAS PELO CONSELHO DELIBERATIVO
112	HORAS DE REUNIÕES REALIZADAS PELO CONSELHO FISCAL
48	HORAS DE REUNIÕES REALIZADAS PELO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
35 pessoas	QUADRO FUNCIONAL DA FIBRA

REFERÊNCIA: 12/2012



FIBRA

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Fundação

Itaipu

Brasil

A MENSAGEM DE CAPA DEMONSTRA O COMPROMISSO DA FIBRA COM TODOS SEUS PARTICIPANTES, DO MAIS JOVEM AO MAIS IDOSO. A IMAGEM DE DUAS MÃOS DE DIFERENTES GERAÇÕES, QUE, JUNTAS, CUIDAM DE UMA PLANTA EM CRESCIMENTO - A FIBRA - TRANSMITE A DIMENSÃO TEMPORAL DE NOSSA RESPONSABILIDADE PARA QUE ESTA PLANTA CRESÇA FORTE E DÊ FRUTOS NO FUTURO. POR OUTRO LADO, SÃO OS FRUTOS QUE IRÃO ALIMENTAR AS MÃOS QUE PLANTARAM.

DIRETORIA EXECUTIVA

Silvio Renato Rangel Silveira
Diretor-superintendente

Florício Medeiros da Costa
Diretor de Segurança

Denyse Gubert Rocha
*Diretora de Administração
e Processos*

CONSELHO DELIBERATIVO

João Emílio Corrêa da Silva de Mendonça
Presidente

Ariel da Silveira
Presidente Substituto

Rosimeri Fauth Ramada Martins

José Carlos Siqueira Peçanha e Laerti
Alves Quadrado
Representantes dos Ativos

Heraldo Soares
Representante dos Assistidos

CONSELHO FISCAL

João Carlos Ferrer Garcia
Presidente

Andréa Silva Medeiros
Presidente Substituta

Nilson Camargo Costa
Representante dos Ativos

Luiz Júlio Zancopé
Representante dos Assistidos

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Márcia Abreu de Aguiar Buerger
Presidente

Mariana Favoreto Thiele
Presidente Substituta

Luiz Covello Rossi

Nilson Nagata e Humberto
Ventura Godinho
Representante dos Ativos

Luiz Fernando Teigão
Representante dos Assistidos

Constituição 26/02/1988

Início das atividades 01/04/1988

Reconhecida em 30/11/1988

Portaria nº 4367/MPAS

Rua Comendador Araújo, 551 - 9º andar
CEP 80420-000 - Curitiba - PR
Telefone: (41) 3321-4001 - 0800 41 4404
Fax (41) 3321-4256
www.fundacaoitaipu.com.br
fibra@fundacaoitaipu.com.br

Escritório em Foz do Iguaçu:
Centro Executivo de Itaipu
Telefone: (45) 3520-5210

BALANÇO PATRIMONIAL

CONSOLIDADO

ATIVO	R\$ mil		PASSIVO	R\$ mil	
	31/12/12	31/12/11		31/12/12	31/12/11
DISPONÍVEL	189	194	EXIGÍVEL OPERACIONAL	7.410	6.481
			Gestão Previdencial	3.552	2.927
			Gestão Administrativa	843	776
			Investimentos	3.015	2.778
REALIZÁVEL	2.572.336	2.265.430	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	148.107	142.972
Gestão Previdencial	91.416	92.945	Gestão Previdencial	2.558	2.309
Gestão Administrativa	3.748	2.952	Gestão Administrativa	2.832	2.196
			investimentos	142.717	138.467
INVESTIMENTOS	2.477.172	2.169.533	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.417.467	2.116.697
Títulos Públicos	1.531.077	1.367.437	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.391.960	2.093.747
Créditos Privados e Depósitos	43.163	40.339	Provisões Matemáticas	2.332.953	2.018.883
Fundos de Investimento	696.026	561.007	Benefícios Concedidos	1.538.139	1.326.401
Investimentos Imobiliários	47.111	48.832	Benefícios a Conceder	841.157	737.315
Empréstimos	53.209	50.744	(-)Provisões Matemáticas a Constituir	(46.343)	(44.833)
Depósitos Judiciais/Recursais	106.586	101.174	Equilíbrio Técnico	59.007	74.864
			Resultados Realizados	59.007	74.864
			Superávit Técnico Acumulado	59.007	74.864
PERMANENTE	459	526	Fundos	25.507	22.950
Imobilizado	359	415	Fundos Administrativos	22.790	20.783
Intangível	100	111	Fundos dos Investimentos	2.717	2.167
TOTAL DO ATIVO	2.572.984	2.266.150	TOTAL DO PASSIVO	2.572.984	2.266.150

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

CNPB 19880012-18

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	31/12/12	31/12/11	Variação (%)
1. Ativos	2.569.309	2.263.179	13,53
Disponível	185	188	(1,60)
Receável	114.383	113.895	0,43
Investimento	2.454.741	2.149.096	14,22
Títulos Públicos	1.515.644	1.353.153	12,01
Créditos Privados e Depósitos	43.164	40.339	7,00
Fundos de Investimento	689.027	554.854	24,18
Investimentos Imobiliários	47.111	48.832	(3,52)
Empréstimos	53.209	50.744	4,86
Depósitos Judiciais/Recursais	106.586	101.174	5,35
2. Obrigações	151.842	146.480	3,66
Operacional	6.567	5.704	15,13
Contingencial	145.275	140.776	3,20
3. Fundos não Previdenciais	25.507	22.950	11,14
Fundos Administrativos	22.790	20.783	9,66
Fundos dos Investimentos	2.717	2.167	25,38
4. Ativo Líquido (1-2-3)	2.391.960	2.093.747	14,24
Provisões Matemáticas	2.332.953	2.018.883	15,56
Superávit Técnico	59.007	74.864	(21,18)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Consolidada

DESCRIÇÃO	31/12/12	31/12/11	R\$ mil Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.116.697	1.981.043	6,85
1. Adições	438.953	255.574	71,75
(+) Contribuições Previdenciais	77.677	69.953	11,04
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	347.365	172.747	101,08
(+) Receitas Administrativas	10.573	9.879	7,03
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.645	2.543	4,01
(+) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	143	5	2.760,00
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	550	447	23,04
2. Destinações	(138.183)	(119.920)	15,23
(-) Benefícios	(126.483)	(109.866)	15,12
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(347)	(196)	77,04
(-) Despesas Administrativas	(11.353)	(9.858)	15,17
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	300.770	135.654	121,72
(+) Provisões Matemáticas	314.070	208.119	50,91
(-) Deficit Técnico do Exercício	(15.857)	(75.481)	(78,99)
(+) Fundos Administrativos	2.007	2.569	(21,88)
(+) Fundos dos Investimentos	550	447	23,04
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.417.467	2.116.697	14,21

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

DESCRIÇÃO	31/12/12	31/12/11	R\$ mil Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.093.747	1.961.109	6,76
1. Adições	435.615	252.579	72,47
(+) Contribuições	88.250	79.832	10,54
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	347.365	172.747	101,08
2. Destinações	(137.402)	(119.941)	14,56
(-) Benefícios	(126.483)	(109.866)	15,12
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(347)	(196)	77,04
(-) Custeio Administrativo	(10.572)	(9.879)	7,01
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	298.213	132.638	124,83
(+) Provisões Matemáticas	314.070	208.119	50,91
(-) Deficit Técnico do Exercício	(15.857)	(75.481)	(78,99)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.391.960	2.093.747	14,24
C) Fundos não previdenciais	25.507	22.950	11,14
(+) Fundos Administrativos	22.790	20.783	9,66
(+) Fundos dos Investimentos	2.717	2.167	25,38

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Consolidada

DESCRIÇÃO	31/12/12	31/12/11	R\$ mil Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	20.783	18.214	14,10
1. Custeio da Gestão Administrativa	13.360	12.427	7,51
1.1. Receitas	13.360	12.427	7,51
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10.573	9.879	7,03
Resultado Positivo dos Investimentos	2.645	2.543	4,01
Reversão de Contingências	142	5	2.740,00
2. Despesas Administrativas	(11.353)	(9.858)	15,17
2.1. Administração Previdencial	(7.294)	(6.275)	16,24
Pessoal e encargos	(5.091)	(4.434)	14,82
Treinamentos/congressos e seminários	(41)	(21)	95,24
Viagens e estadias	(164)	(118)	38,98
Serviços de terceiros	(813)	(649)	25,27
Despesas gerais	(1.102)	(969)	13,73
Depreciações e amortizações	(83)	(84)	(1,19)
2.2. Administração dos Investimentos	(4.059)	(3.583)	13,28
Pessoal e encargos	(2.897)	(2.507)	15,56
Treinamentos/congressos e seminários	(33)	(9)	266,67
Viagens e estadias	(133)	(114)	16,67
Serviços de terceiros	(635)	(620)	2,42
Despesas gerais	(301)	(291)	3,44
Depreciações e amortizações	(60)	(42)	42,86
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	2.007	2.569	(21,88)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	2.007	2.569	(21,88)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	22.790	20.783	9,66

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

DESCRIÇÃO	31/12/12	31/12/11	R\$ mil Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	2.391.960	2.093.747	14,24
1. Provisões Matemáticas	2.332.953	2.018.883	15,56
1.1. Benefícios Concedidos	1.538.139	1.326.401	15,96
Benefício Definido	1.538.139	1.326.401	15,96
1.2. Benefício a Conceder	841.157	737.315	14,08
Benefício a Conceder	841.157	737.315	14,08
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(46.343)	(44.833)	3,37
(-) Serviço passado	(46.343)	(44.833)	3,37
(-) Provisões matemáticas a constituir	(46.343)	(44.833)	3,37
2. Equilíbrio Técnico	59.007	74.864	(21,18)
2.1. Resultados Realizados	59.007	74.864	(21,18)
Superávit técnico acumulado	59.007	74.864	(21,18)
Reserva de contingência	59.007	74.864	(21,18)

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 Em milhares de reais.

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO ITAIPU - BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIBRA, entidade patrocinada pela Itaipu Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direitos os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2012, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da Fibra é único e pertence à modalidade de “Benefício Definido”, tendo como principal objetivo suplementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da Fibra são os seguintes:

- *Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;*
- *Suplementação de aposentadoria por invalidez;*
- *Suplementação de aposentadoria por idade;*
- *Suplementação de aposentadoria especial;*
- *Suplementação de pensão;*
- *Benefício especial temporário por morte;*
- *Auxílio-reclusão;*
- *Auxílio-funeral por morte de beneficiário;*
- *Suplementação do abono anual.*

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades, são previstos pelo regulamento.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 LEGISLAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes con-

tábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPS, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Foi também observada, a ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA mantidos pela Fundação.

2.2 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social, relativas ao Plano de Benefícios cadastrado no CNPB 19880012-18 e ao Plano de Gestão Administrativo - PGA, da Fundação.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecem os itens 28 e 29, do Anexo A, da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, foram efetuadas as seguintes eliminações, referente às operações entre o Plano de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, para não apresentarem valores em duplicidade no patrimônio da Fundação:

Item	Conta Contábil	Nome da Conta	Valores (R\$ mil)
1.	Plano de benefícios 1.2.1.9.06	Valores a Receber do PGA	177
2.	1.2.2.3	Participação no plano de Gestão Administrativa - PGA	22.790
3.	2.3.2.2.02	Participação no Fundo Administrativo - PGA	(22.790)
4.	Plano de Gestão Administrativa - PGA 2.1.2.9.01	Valores a Pagar para o Plano de Benefícios	(177)

(1) saldo da conta a receber do Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativo as contribuições dos empregados descontados em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios em janeiro de 2013.

(2) participação no Plano de Gestão Administrativa, registrada no ativo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabeleça a PREVIC (contrapartida da conta 2.3.2.2.02).

(3) participação no Fundo Administrativo - PGA, registrada no passivo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabeleça a PREVIC (contrapartida da conta 1.2.2.3).

(4) saldo da conta a pagar para o Plano de Benefícios, relativo as contribuições dos empregados descontados em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios em janeiro de 2013.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento à Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceram normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de

previdência complementar, pelo então Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, respectivamente e em atendimento à ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas EFPC, apresentamos a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis:

3.1 APURAÇÃO DE RESULTADOS – SUPERÁVIT TÉCNICO

O resultado do exercício, ou seja, o Superávit Técnico do Plano de Benefícios é apurado pelo regime de competência.

3.2 INVESTIMENTOS

• TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS, DEPÓSITOS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS.

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4/02, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

(i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em abril de 2011, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber e direitos de alienações de imóveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

• OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003 são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês, IOF e seguro.

• PROVISÃO PARA PERDAS

Constituída considerando avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.3 ATIVO PERMANENTE

Os valores estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, as adições a partir de 1996 estão demonstradas pelo custo de aquisição e consideram ainda:

Imobilizado

- Depreciação anual de 10% para móveis e utensílios e para máquinas e equipamentos (10 anos) e 20% para computadores e periféricos (5 anos), calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição.

Intangível

- Amortização realizada pela taxa anual de 20% (5 anos).

3.3.1 - O ATIVO PERMANENTE TEVE A SEGUINTE EVOLUÇÃO:

	2012	2011
Imobilizado	359	415
Saldo inicial	415	357
Adições no exercício	154	150
Deduções do período (*)	(109)	
(-) Depreciações no exercício	(101)	(92)
Intangível	100	111
Saldo inicial	111	101
Adições no exercício	30	44
(-) Amortizações no exercício	(41)	(34)
Saldo do Ativo Permanente	459	526

* (*) *baixa dos custos históricos dos bens inservíveis doados à FAS – Fundação de Assistência Social de Curitiba e a Associação Cristã de Deficientes Físicos – ACDD de Foz do Iguaçu.*

3.3.2. A COMPOSIÇÃO DO ATIVO PERMANENTE É A SEGUINTE:

	2012	2011
Imobilizado	359	415
Móveis e Utensílios	64	73
Custo de aquisição	207	209
(-) Depreciações acumuladas	(143)	(136)
Máquinas e Equipamentos	122	132
Custo de aquisição	233	257
(-) Depreciações acumuladas	(111)	(125)
Computadores e Periféricos	170	161
Custo de aquisição	534	545
(-) Depreciações acumuladas	(364)	(384)
Telefone	3	3
Custo de aquisição	4	4
(-) Depreciações acumuladas	(1)	(1)
Imobilização em andamento	0	46
Custo de aquisição	0	46
Intangível	100	111
Custo de aquisição	226	196
(-) Amortizações acumuladas	(126)	(85)
Saldo do Ativo Permanente	459	526

3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.5 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Os valores registrados no exigível contingencial, relativos a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no Grupo Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos atualizados e líquidos dos seus respectivos depósitos judiciais.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base à alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001. (nota explicativa 6).

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a Fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda.

3.6 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jes-sé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, contratada pela entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio reclusão e o benefício especial temporário por morte, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e o auxílio funeral pelo método de repartição simples, respectivamente. A estrutura do cálculo atuarial considera crescimento salarial médio de 2,19% (2,15% em 2011) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 0,13% ao ano (0,13% em 2011) e uma taxa de desconto atuarial à razão de 5,50% (5,75% em 2011) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

Na avaliação atuarial de 2012 foram promovidas as seguintes modificações nos métodos de financiamento e hipóteses, em relação ao exercício de 2011:

a) redução da Taxa real de juros de 5,75% para 5,50% ao ano. A redução considera o acompanhamento realizado pela Fundação, que evidencia a continuidade do processo gradativo de redução da taxa de juros dos títulos públicos brasileiros e está de acordo com a Resolução nº 09, de 29 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que alterou a Resolução MPS/CGPC/18/2006, onde prevê até o ano de 2018 uma redução gradual de 0,25% ao ano na taxa de juros, a partir das avaliações atuariais das EFPC em dez/2013, até atingir a taxa de 4,5% ao ano. O impacto da alteração no passivo da Fibra foi de R\$ 85.551;

b) ajuste da hipótese de crescimento salarial unida à nova taxa média de rotatividade, adequando à experiência dos últimos 16 anos, aumentando em R\$ 4.324 as provisões matemáticas de benefícios a conceder;

c) ganho real salarial de 1,25%, concedido pela patrocinadora, que adicionado ao reajuste de 5,45% (IPCA-IBGE acumulado no período de Nov/2011 a outubro/2012), resultou em um acréscimo nas provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, de R\$ 31.502;

d) Alongamento da tábua de mortalidade de válidos e inválidos de 99 até 115 anos, em função do aumento de longevidade observado na massa de participantes da Fundação, objetivando maior precisão nos cálculos das provisões matemáticas, aumentando R\$ R\$ 11.222 mil, no passivo atuarial da Fundação; e

e) Avaliação atuarial do Benefício Especial Temporário por Morte-BETM, alteração no regime de Crédito Unitário Projetado para Repartição de Capital de Cobertura, visando à provisão dos eventos gerados durante o ano, pois este benefício ocorre de maneira esporádica, havendo necessidade de adequar o custo de forma a não extrapolar a probabilidade de ocorrência dos eventos. O custo reavaliado passou de 0,24% para 0,07% e seu impacto reduziu o valor do passivo atuarial em R\$ 2.307. Estas modificações resultaram no aumento das provisões matemáticas de R\$ 130.292 em 2012 e consequentemente na diminuição do Superávit Técnico.

• BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias e pensões.

• BENEFÍCIOS A CONCEDER

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, conforme descrito a seguir:

(i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

(ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

• PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço passado, vinculado à Previdência Social dos participantes fundadores, conforme estabelece o inciso II do Artigo 19, do Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra. A metodologia de cálculo da Provisão Matemática a Constituir, bem como a atualização de seu saldo devedor, foi elaborada pelo atuário responsável quando da constituição do Plano e aplicada deste então. O detalhamento do cálculo das provisões matemáticas a constituir é o seguinte:

a. Cálculo original: Montante apurado na criação da Fundação, considerando a massa de participantes e as premissas atuariais vigentes aquela época, que resultou em um custo suplementar a amortizar em 40 anos, correspondente a 2,32% do total da folha de remuneração dos empregados das patrocinadoras;

b. Prazo de amortização: 480 meses a contar da data de constituição

da Fundação, em abril de 1988, restando 183 parcelas para sua amortização total. Os prazos estabelecidos para amortização da provisão matemática a constituir não estão sujeitos aos prazos máximos estabelecidos nos itens 10 e 11 do Regulamento do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, por ter sido aprovada antes de 05 de setembro de 2002, conforme exceção prevista no item 12, do Anexo à citada Resolução.

c. Valor das parcelas: Valor correspondente à aplicação de taxa Suplementar de 2,32% sobre a folha de salários dos empregados dos patrocinadores Itaipu Binacional e Fibra. O patrocinador Itaipu contribuiu com R\$ 4.105 em 2012 (R\$ 3.887 em 2011) e o patrocinador Fibra com R\$ 88 em 2012 (83 em 2011).

d. Data de vencimento das parcelas: A data de vencimento das parcelas destinadas à cobertura da provisão matemática a constituir é de até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, conforme estabelece o artigo 20 do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação;

e. Penalidade por atraso no pagamento das parcelas mensais: De acordo com o §1º do Artigo 21 do Regulamento do Plano de Benefícios, no caso de atraso no pagamento das parcelas mensais destinadas a dar cobertura à provisão matemática a constituir, os encargos serão calculados da seguinte forma: i) multa de 2% sobre a totalidade do débito, sem prejuízo da atualização monetária e juros reais mensais de 0,5%, calculados pro-rata-dia ou encargos correspondentes às exigências atuariais de rentabilidade, o que for maior;

f. Taxa de Juros do recálculo atuarial anual: Para fins de apuração do valor a ser contabilizado anualmente como saldo devedor, utiliza-se a mesma taxa vigente nos cálculos atuariais, que 31 em de dezembro de 2012 corresponde a 5,5% ao ano; e

g. Saldo Devedor: O saldo devedor é reavaliado anualmente pelo cálculo da anuidade que leva em conta a taxa de juros atuarial vigente, a folha de pagamentos com crescimento salarial e o nº de parcelas de pagamento da dívida até sua extinção. Mensalmente é atualizado a partir do resultado obtido na avaliação do final do exercício, pelo método de recorrência, aplicando-se o percentual de 2,32% sobre a folha de pagamento corrigida, utilizando o indexador do Plano (IPCA) mais juros atuariais de 5,5% ao ano. Do saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 46.343, R\$ 45.263, refere-se ao patrocinador Itaipu e R\$ 1.080 é de responsabilidade do patrocinador Fibra.

3.7 FUNDOS

• PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Permanente

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos da gestão administrativa dos recursos da gestão previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

Financeiro

A contribuição para atender aos gastos administrativos da Fibra, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador Itaipu Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre esse

limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo, para custeio futuro.

• INVESTIMENTOS

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

3.8 RECURSOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na gestão previdencial e transferidos desta para a gestão administrativa para cobertura das despesas administrativas.

3.9 CUSTEIO ADMINISTRATIVO - PGA

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu as regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo à competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma política de investimentos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA, a exemplo do que ocorre com o Plano de Benefícios.

Diante disto, o Conselho Deliberativo da Fundação, por meio da RCD nº 25/2011, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2011, onde além de outras regras, estabelece o seguinte: manutenção da sobrecarga administrativa, como única fonte de custeio administrativo da Fibra e que os recursos do fundo administrativo serão aplicados exclusivamente em investimentos de renda fixa, cuja política de investimentos é aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo.

Os indicadores de Gestão Administrativa e suas metas, para o exercício de 2012, foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 23/2011, de 16 de dezembro de 2011, e são:

a) Taxa de Administração Hipotética - Fórmula $[(\text{Despesas Administrativas Totais}/\text{Recursos Garantidores}) \times 100]$, seu objetivo é mensurar a relação das Despesas Administrativas sobre os Recursos Garantidores da Fibra - cuja meta era menor que 0,6% e foi realizado 0,46% (0,45% em 2011);

b) Taxa de Carregamento Hipotética - Fórmula $[(\text{Despesas Administrativas Totais} / (\text{Contribuições} + \text{Benefícios})) \times 100]$, seu objetivo é medir a relação das Despesas Administrativas sobre o fluxo Previdencial (Contribuições + Benefícios), cuja meta era menor que 7% e foi realizado 5,76% (5,61% em 2011);

c) Controle do Orçamento Administrativo - sua forma de controle baseia-se no acompanhamento das despesas realizadas/despesas orçadas e seu princípio é verificar o percentual de assertividade da execução do orçamento administrativo; cuja meta era atingir > 90% de assertividade e foi realizado 93,77% (93,40% em 2011); e

d) Cumprimento das Metas da PR 2012 - o qual é orientado pelo acompanhamento do percentual de conclusão das metas estabelecidas, tendo como objetivo verificar de forma ampla o desempenho quali-quantitativo da Fibra, cuja meta era de > 90% de assertividade e foi realizado 98,36% (95,08% em 2011).

4 REALIZÁVEL

4.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

	2012	2011
RECURSOS A RECEBER		
Contribuições normais e de autopatrocinadores	4.877	4.718
Patrocinador ITAIPU Binacional	4.214	4.072
Autopatrocinadores e Participantes	11	16
Contribuições extraordinárias - patrocinador ITAIPU Binacional	652	630
Contribuições contratadas - patrocinador ITAIPU Binacional	85.219	86.063
Outras contratações - Rescisão de Doação em Pagamento (nota explicativa 10)	85.219	86.063
Depósitos Judiciais/Recursais	1.319	705
Depósitos Judiciais/Recursais	1.319	705
Outros realizáveis - patrocinador ITAIPU Binacional	1	1.459
Créditos relativos a ações judiciais cobertas pelo § 1º do Art. 79 do Regulamento do Plano de Benefícios	-	1.458
Outros valores a receber - reembolso do Patrocinador ITAIPU	1	1
	91.416	92.945

As contribuições a Receber de R\$ 177 (R\$ 167 em 2011), relativas às contribuições do patrocinador Fibra e de seus empregados do mês de dezembro e 13º salário de 2012, são registradas no Plano de Benefícios na conta 1.2.1.9.06 - valores a receber do PGA e serão repassadas pelo PGA para o Plano de Benefícios, até o dia 10 de janeiro de 2013. (ver item "4", da Nota Explicativa 2.2).

4.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2012	2011
Receitas a Receber	902	868
Sobrecarga Administrativa - patrocinador ITAIPU Binacional	902	868
Despesas antecipadas	14	24
Adiantamentos	14	24
Depósitos Judiciais/Recursais	2.832	2.060
Depósitos Judiciais - PIS	396	287
Depósitos Judiciais - COFINS	2.436	1.766
Depósitos Recursais - trabalhistas	-	7
	3.748	2.952

4.3 INVESTIMENTOS

TÍTULOS DE RENDA FIXA PARA NEGOCIAÇÃO - PLANO BD E PGA

	2012		2011	
	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado
CDB-Certificado de Depósito Bancário - BD	20.044	20.078	41	42
Notas do Tesouro Nacional -NTN-B, C e F - BD	471.757	665.487	178.637	201.312
Notas do Tesouro Nacional-NTN-B e C - PGA	5.549	7.341	5.549	6.626
Fundos de Investimentos				
BRZ Crédito Privado FIM	5.878	8.684	5.878	8.256
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI - BD	98.513	103.399	5.087	5.219
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI - PGA	6.342	6.999	3.101	3.471
FIC FIDC Caixa UBS Pactual II - BD	2.952	5.342	6.795	7.083
Votorantim FI Institucional RF - BD	-	-	54.858	55.775
FIDC CEDAE - BD	3.805	4.457	5.000	5.014
UBS Pactual Emissões Primárias - BD	8.417	14.536	14.256	16.089
BRZ Multi Recebíveis - BD	13.932	19.760	19.970	23.030

	2012		2011	
	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado
FIC FIDC Caixa UBS P - BD	-	-	216	635
Sul América Inflate FI RF - BD	32.000	35.257	-	-
Sub-total - fundos de investimentos	171.839	198.434	115.161	124.572
Total de Títulos para negociação	669.189	891.340	299.388	332.552

TÍTULOS DE RENDA FIXA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO - PLANO BD E PGA

	2012		2011	
	Custo Histórico de aquisição	Valor Atualizado pela curva dos ativos	Custo Histórico de aquisição	Valor Atualizado pela curva dos ativos
Debêntures não Conversíveis - BD	10.104	11.042	-	-
Notas do Tesouro Nacional NTN-B e C - BD	674.407	850.158	963.519	1.151.841
Notas do Tesouro Nacional NTN-B e C - PGA	7.010	8.092	7.010	7.658
Depósitos Prazo com Garantia				
Especial - BD	10.000	12.043	34.000	40.297
Total de Títulos mantidos até o vencimento	701.521	881.335	1.004.529	1.199.796
Total de Títulos de Renda Fixa	1.370.710	1.772.675	1.303.917	1.532.348

FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL - PLANO BD

	2012		2011	
	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado
Fundos Exclusivos				
FIA Merlot	45.228	61.339	47.250	54.214
BRAM FIB FIA	11.476	47.350	6.737	41.697
FI FIB Ações Previdenciário	-	-	14.780	54.472
Schroder FIB FIA	-	-	9.076	51.308
Sub-Total - Fundos Exclusivos	56.704	108.689	77.843	201.691
Fundos Mútuos				
BBM Valuation 1 FIA	-	-	9.891	14.089
Bradesco FIA Dividendos	19.000	31.461	19.101	24.756
Bradesco FIA Inst. IBX Ativo	35.670	40.022	41.669	28.995
RB Fundament Inst FIA	-	-	11.000	10.329
BBM Valuation II FIC	-	-	10.000	9.484
Quest Ações Inst FIA	-	-	11.000	7.733
Ishares BOVA 11	109.265	107.389	62.408	54.295
Ishares PIBB 11	10.216	9.908	9.996	8.904
Ishares SMALL 11	9.214	10.256	-	-
Itau ACE Dividendos	-	-	20.000	20.009
Franklin Temp IBX FI	7.000	7.380	-	-
GAP Ações Inst. FIA	10.000	10.565	-	-
Guepardo Ações FIA	15.000	17.421	-	-
JGP Inst. FIA	10.000	10.958	-	-
Legg Mason Div Yield	10.000	9.547	-	-
BTG Pact Div FIA	10.000	10.223	-	-
Sulamérica Expertise FIA	19.000	22.641	-	-
Vinci Gas Valor SmaI FIC FIA	20.000	22.663	-	-
Valores a receber	33	33	-	-
Sub-Total - Fundos Mútuos	284.398	310.467	195.065	178.594
Fundos de Investimentos em Participações				
Brascan de Petróleo e Gás	1.827	1.800	1.839	1.831
Capital Mezanino	4.596	9.321	6.234	8.362
Empreendedor Brasil FMIEE	8.359	6.038	9.800	7.264
Logística Brasil FIP	15.691	17.319	20.000	18.749
Terra Viva	4.660	4.437	2.744	2.549
Rio Bravo Energia I	18.500	18.696	8.200	8.071
Neo Capital Mezanino II	6.331	6.522	2.686	2.553
Pátria Real Estate II	4.193	5.342	2.523	2.148

	2012		2011	
	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado
Pátria Special Opp I	3.061	3.157	-	-
DLM Brasil TI FIP	500	476	-	-
Sub-Total - Fundos de Invest. Em Participações	67.718	73.108	53.901	51.527
Fundos de Capital Protegido				
Santander Capital Protegido Inst M	4.322	5.327	4.000	4.624
Sub-Total - Fundos de Capital Protegido	4.322	5.327	4.000	4.624
Total de Renda Variável	413.142	497.591	333.008	436.436

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa das carteiras do Plano BD e do PGA possuem os seguintes vencimentos:

Prazos	Títulos para negociação			Títulos mantidos até o vencimento			Total Carteira
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma	
Até 60 dias	138.656	6.999	145.655	-	-	-	145.655
De 61 a 180 dias	111.520	-	111.520	-	5.373	5.373	116.893
De 181 a 360 dias	45	-	45	12.043	-	12.043	12.088
Acima de 360 dias	626.779	7.341	634.120	861.200	2.719	863.919	1.498.039
Soma	877.000	14.340	891.340	873.243	8.092	881.335	1.772.675

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e em fundos de investimentos.

TRANSFERÊNCIA DE TÍTULOS DA CATEGORIA “TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO” PARA A CATEGORIA “TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO”

Os Títulos Federais-NTN-B da Categoria Títulos Mantidos até o vencimento são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, pelas taxas pactuadas, conforme estabelece o artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002, de 30 de janeiro de 2002.

Em dezembro/2012 a Fundação transferiu parte de sua carteira própria de títulos federais - NTN-B, da Categoria Títulos Mantidos até o Vencimento, para a Categoria Títulos para Negociação, conforme previsto no art. 6º da Resolução CGPC nº04/2002.

Os títulos que foram transferidos, bem como os resultados destas transferências estão a seguir demonstrados:

NTN-B TRANSFERIDAS DA CATEGORIA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO PARA A CATEGORIA NEGOCIAÇÃO

Data da aplicação	Data de vencimento	Quantidade	Valor da aplicação	Valor atualizado para 31/12/12		Resultado da transferência da carteira
				pele mercado	pela taxa pactuada	
09/01/08	15/05/13	10.000	16.007	22.872	22.277	595
30/01/08	15/05/13	10.000	16.074	22.872	22.269	603
26/11/08	15/05/13	10.000	15.631	22.872	22.112	760
10/12/08	15/05/13	10.000	16.080	22.872	22.159	713
26/05/10	15/05/15	10.000	18.672	24.475	22.036	2.439
18/05/06	15/05/15	10.000	12.917	24.475	20.903	3.572
16/08/07	15/05/15	10.000	15.689	24.475	21.818	2.657
17/08/07	15/05/15	10.000	15.144	24.475	21.535	2.940
19/05/11	15/08/16	10.000	20.370	25.455	22.402	3.053
14/07/11	15/08/16	10.058	20.540	25.601	22.321	3.280

Data da aplicação	Data de vencimento	Quantidade	Valor da aplicação	Valor atualizado para 31/12/12		Resultado da transferência da carteira
				pele mercado	pela taxa pactuada	
11/07/07	15/05/17	20.000	32.490	51.053	44.159	6.897
23/12/11	15/08/20	10.000	22.165	26.989	23.394	3.595
29/01/09	15/08/20	10.856	18.129	29.299	22.896	6.404
05/02/09	15/08/20	21.584	36.346	58.253	45.721	12.532
17/05/06	15/08/24	10.000	12.857	27.934	19.037	8.898
Totais		172.498	289.112	433.972	375.038	58.934

A transferência das NTN-B resultou em um acréscimo patrimonial de R\$ 58.934, o que garantiu parcialmente o acréscimo das provisões matemáticas, no valor de R\$ 85.551, decorrentes da redução da taxa de juros atuarial, em dezembro de 2012, de 5,75% para 5,5% seguindo a redução gradual da taxa de desconto atuarial, prevista na nova versão da Resolução MPAS/GCPC nº18.

Apesar da transferência dessas NTN-B permanece a diferença entre o valor contabilizado e o valor de mercado do restante dos títulos federais, que aumentaria em R\$ 336.957 o superávit técnico existente em 31 de dezembro de 2012.

A capacidade financeira relativa à adoção de procedimento de registro de títulos classificados como “títulos até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO - LFT-B'S

Em 1995 e 1996 a Fundação adquiriu Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas - LFTAL, que não foram honradas nos respectivos vencimentos, em junho de 1997, 1999 e 2000, ocasião em que foram consideradas integralmente como perda, com as devidas baixas contábeis. Devido a inadimplência, a Fundação ingressou com ação judicial, tendo obtido sentença favorável em primeira instância relativa a um dos lotes vencidos.

A União, com base inicialmente na Resolução do Senado nº 36/2000 e posteriormente na Resolução nº 53/2002, firmou contrato de refinanciamento com o Estado de Alagoas. A União firmou também contrato com os credores, com a interveniência do Estado de Alagoas, que resultou na troca dos Títulos Estaduais por Títulos Federais.

Esta troca foi realizada nos termos e condições do acordo entre os Credores e o Estado de Alagoas, mediante a concessão de deságio em favor do Estado de Alagoas, conforme aprovado pelo Conselho de Curadores da Fibra, por meio das Resoluções nº 005, de 22 de março de 2002, e nº 013º, de 16 de setembro de 2002, com a manifestação favorável da diretoria jurídica de Itaipú.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela consultoria jurídica, pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela Fibra e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

A discussão judicial quanto à validade dos títulos transcorreu no âmbito da Justiça Federal do Rio de Janeiro e no âmbito da Justiça Estadual de Alagoas. Em decisão de 25 de outubro de 2011, o Tribunal de Justiça de Alagoas, se manifestou pela incompetência, pugnando por remeter o processo à Justiça Federal.

PROVISÕES CDBS DE EMISSÃO DO BANCO SANTOS S.A.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A. Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$ 17.561), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20.09.2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo, contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se também por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra-falenciais, caso se revele conveniente.

Nos termos autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o administrador da Massa Falida do Banco Santos S.A. distribuiu, aos credores, em 2010, o valor correspondente a 30% do valor da habilitação na massa falida.

Em função da decisão, a Fibra recebeu R\$ 1.756 em julho de 2010, que corresponde a 10% do valor da habilitação, e R\$ 3.161, em dezembro de 2010, correspondente a 20%, do valor da habilitação, deduzida da parcela já recebida em julho. Estes valores foram contabilizados em receitas de investimentos e baixados da provisão retificadora do ativo. Devido ao levantamento destes valores, conforme contrato, houve o pagamento de honorários de êxito ao escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, cujo percentual foi de 4% do valor levantado.

Para o mês de janeiro de 2013, conforme confirmação do Administrador Judicial, está previsto o terceiro rateio para os credores, que no caso da Fundação o valor previsto para recebimento é de R\$ 1.134.

O escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, contratado da Fibra, acompanha o processo e eventualmente poderá sugerir outras medidas a serem adotadas, caso se revele conveniente. A Fibra também está monitorando iniciativas de alguns credores que manifestaram, no passado, interesse em criar um fundo de credores para acelerar o processo de recebimento do restante dos créditos, mas não possui, ainda, posição firmada a respeito do tema.

• INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A entidade procedeu, em abril de 2011, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes “Decatur Engenharia e Avaliações

Ltda.” O método avaliatório utilizado foi o “Método comparativo de dados de mercado”, conforme descrito no item 8.2.1 da ABNT NBR 14653-1: 2001, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O resultado da realização dos imóveis foi positivo em R\$ 23.712.

Os ativos reavaliados passaram, a partir de maio de 2011, a serem depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 40 anos ou 2,50% ao ano.

Em 2011, foi realizada alienação dos conjuntos 1302/1304/1306 e 1308, do 13º andar do Edifício Centro Comercial Itália, pelo valor de R\$ 1.350, sendo que em 22/12/11, foi recebido R\$ 100 (como sinal de negócio), R\$ 305 em janeiro de 2012 e o restante, ou seja, R\$ 945, estão sendo recebidos em 24 parcelas, corrigidas por IPCA, acrescidas de juros de 7% ao ano. No ano de 2012, foram recebidas 11 parcelas totalizando R\$ 459. O resultado apurado na alienação foi de R\$ 112.

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2012, está a seguir demonstrado:

Imóvel	Valor contábil líquido antes de reavaliação	Valor da reavaliação em abril/2011	Valor do Resultado da reavaliação	Depreciação acumulada	Aluguéis a receber	Direitos de alienação	Saldo em 31/12/2012
Edificações de uso próprio	1.197	3.039	1.842	(106)	-	-	2.933
Edificações locadas à patrocinadora	9.818	24.140	14.322	(844)	127	-	23.423
Edificações locadas a terceiros	13.318	20.866	7.548	(776)	153	0,00	20.243
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	-	-	-	-	-	512	512
Soma	24.333	48.045	23.712	(1.726)	280	512	47.111

AUDITORIA DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Em conexão com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade. O resultado desta auditoria consta em parecer específico.

COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS:

A composição consolidada da carteira de investimentos do Plano de Benefícios - BD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, estão a seguir demonstrados:

	2012			2011		
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma
Títulos Públicos	1.515.644	15.433	1.531.077	1.353.153	14.284	1.367.437
Títulos Públicos Federais	1.515.644	15.433	1.531.077	1.353.153	14.284	1.367.437
Créditos Privados e Depósitos	43.163	-	43.163	40.339	-	40.339
Instituições financeiras	43.163	-	43.163	40.339	-	40.339
Fundos de Investimentos	689.027	6.999	696.026	557.536	3.471	561.007
Fundos de Renda Fixa	191.436	6.999	198.435	121.101	3.471	124.572
Fundos Exclusivos	108.689	-	108.689	201.690	-	201.690
Fundos Abertos	310.467	-	310.467	178.594	-	178.594
Fundos de Investimentos em Participações - FIP's	73.108	-	73.108	51.527	-	51.527
Fundos de Capital Protegido	5.327	-	5.327	4.624	-	4.624
Investimento imobiliários	47.111	-	47.111	48.832	-	48.832
Aluguéis e Renda	46.599	-	46.599	47.582	-	47.582
Direitos em Alienação de imóveis	512	-	512	1.250	-	1.250
Empréstimos e Financiamentos	53.209	-	53.209	50.744	-	50.744
Empréstimos	53.209	-	53.209	50.744	-	50.744
Depósitos Judiciais/Recursais	106.586	-	106.586	101.174	-	101.174
Depósitos Judiciais - IR - Anistia - MP n° 2.222/01	87.915	-	87.915	83.207	-	83.207
Depósitos Judiciais - IR - RET - MP n° 2.222/01	18.671	-	18.671	179.674	-	179.674
Total de investimentos	2.454.740	22.432	2.477.172	2.151.778	17.755	2.169.533

5 EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2012	2011
Gestão Previdencial		
Benefícios a pagar - Provisões	696	409
Recursos Antecipados	3	-
Retenções a recolher	2.853	2.518
Total Gestão Previdencial	3.552	2.927
Gestão Administrativa		
Contas a Pagar	753	684
Retenções a recolher - Impostos a Recolher	90	83
Outras exigibilidades		9
Total Gestão Administrativa	843	776
Investimentos		
Investimentos Imobiliários		-
Outras exigibilidades - honorários advocatícios	3.015	2.778
Total de investimentos	3.015	2.778

O valor de honorários advocatícios de R\$ 3.015 (R\$ 2.778 em 2011), provisionado no balanço de 2012 em "Outras Exigibilidades", corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal.

6 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

6.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS

Os valores das provisões, relativas ao exigível contingencial dos Investimentos estão a seguir demonstrados:

	Valores Atualizados	
	2012	2011
Provisões Acumuladas atualizadas		
IRRF anistia	124.046	120.500
Provisões iniciais	44.737	44.737
Atualização das provisões efetuada	39.113	35.567
Provisão Complementar contabilizada em 2009	40.196	40.196
IRRF RET	18.671	17.967
Provisões iniciais	8.617	8.617
Atualização das provisões efetuada	10.054	9.350
Subtotal das provisões acumuladas atualizadas	142.717	138.467
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(106.586)	(101.174)
Provisões Líquidas para IRRF	36.131	37.293

IMPOSTO DE RENDA - IRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.

- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.

- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bi-tributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a conseqüente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foram lançados também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a Fibra recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a Fibra.

Diante da decisão, a Fibra apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantiam a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais, o juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília, determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a Fibra o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar à anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto.

A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo judicial, a Fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a Fibra, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a Fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a Fibra contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião é fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a Fibra obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais passou a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a Fibra já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futuro dos depósitos judiciais.

Com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que instituiu o REFIS IV, a Fibra reavaliou sua questão tributária tendo em vista uma eventual adesão aos benefícios propostos.

Após a análise dos termos da Lei e da Portaria Conjunta nº 10, subscritas pela Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional - PGFN e da Receita Federal, de 9 de novembro de 2009, onde estabelece que só terão direito aos descontos previstos em lei os contribuintes que depositaram judicialmente, além do valor principal do tributo questionado, as respectivas multas e juros, concluiu-se que a Fibra ficou impossibilitada de aderir ao REFIS IV.

Diante disso, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das ações judiciais assim como, com base no § 2º, do artigo 12, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, onde estabelece que para a realização dos objetivos da EFPC “os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas”, efetuar a provisão da diferença entre o Auto de Infração Complementar atualizado (R\$ 111.643) e o saldo da conta judicial (R\$ 71.447) no valor de R\$ 40.196 (atribuída à remuneração a menor da conta judicial de TR para SELIC e juros desde os fatos geradores do Auto de Infração Complementar).

Em 30 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões que levou a Fibra, com orientação de seus consultores jurídicos, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, apresentar embargos de declaração.

A decisão destes embargos foi publicada em 15 de agosto de 2011, acolhendo em parte os Embargos de Declaração opostos pela Fibra, mas não suprimindo, totalmente, a omissão sobre a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01, a qual havia sido garantida por meio da liminar obtida.

Diante deste julgamento desfavorável, em 22 de agosto de 2011, novos Embargos de Declaração foram opostos pela Fibra, com o objetivo de suprir a omissão da decisão acerca dos efeitos da liminar durante o período de sua eficácia para garantir a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01. Em 29.06.2012, foi proferida decisão que rejeitou os Embargos de Declaração opostos pela Fibra. Com a decisão desfavorável, a Fibra interpôs Recurso de Apelação, a qual aguarda julgamento.

6.2 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO PREVIDENCIAL

A maioria dos processos judiciais movidos pelos assistidos contra a Fibra ou ao Patrocinador Itaipu Binacional não deve impactar no patrimônio líquido da Fibra, pois de acordo com o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios, nas “hipóteses de condenação judicial, referente a ato ou omissão inerente à gestão de Recursos Humanos do Patrocinador, ou revisão administrativa promovida pelo Patrocinador, que implique majoração dos benefícios concedidos ou a conceder pela Fibra, caberá ao respectivo Patrocinador efetuar o aporte do numerário correspondente à diferença de reserva matemática, deduzidos os valores de contribuição de responsabilidade dos Participantes”.

Dos processos judiciais, que não são cobertos pelo artigo 79, § 1º do Regulamento do Plano de Benefícios (que geram impacto no Patrimônio Líquido), após a avaliação jurídica das probabilidades de êxito ou perda dos processos, foram consignadas na contabilidade, em 2010, provisões para eventuais perdas, no valor de R\$ 279.

Em agosto de 2010, a Itaipu e a Fibra foram oficiadas em uma execução de sentença provisória para, no prazo de 48 horas, efetuarem o depósito de R\$ 1.165 ou oferecer bens a penhora. O tema foi tratado no âmbito de Itaipu e da Fibra, por solicitação da área jurídica de Itaipu, a Fibra ofereceu dois andares do Edifício Parigot de Souza para penhora e provisionou o valor em setembro/2010, no Passivo - Exigível Contingencial, tendo o Ativo-Realizável como contrapartida, por tratar-se de ação judicial que tem cobertura pelo § 1º do Artigo 79 do Regulamento da Fibra, que prevê a responsabilidade de Itaipu por aportes de reservas em casos que decorram de ato inerente à gestão de RH de Itaipu e, portanto, nestes casos, eventuais perdas na esfera judicial não impactariam no patrimônio líquido da Fibra, situação na qual a majoração no passivo seria coberta pela majoração, em igual valor, do ativo, a ser pago por Itaipu. A penhora foi substituída por depósito judicial trabalhista efetuado pela Patrocinadora Itaipu na 12ª Vara do Trabalho de Curitiba - PR, com isso, o valor da penhora atualizado de R\$ 1.721, foi baixado contabilmente em dezembro de 2012.

A Fundação, no ano de 2012, recebeu da Patrocinadora Itaipu R\$ 4.672, relativo ao aporte para cobertura do impacto financeiro e atuarial, provocado por ações judiciais movidas por assistidos, que conforme o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios são de responsabilidade da Patrocinadora Itaipu, sendo que R\$ 3.272, foi contabilizado em outras adições da gestão previdencial; R\$ 839, relativo à substituição da penhora de imóvel por depósito judicial trabalhista; e R\$ 561, para efetuar depósito judicial.

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais/recursais efetuados, relativos às provisões da gestão contingencial, estão a seguir demonstrados:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Exigível Contingencial - Gestão Previdencial		
1) Passivo - Provisões	2.558	2.309
Ações Judiciais não cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79, do Regulamento	755	489
Ações judiciais com cobertura de Depósito e Bloqueio Judicial/Recursal e garantia de imóvel	1.024	1.820
Verbas para ajustes futuros de ações judiciais	779	-
2) Ativo - Depósitos Judiciais/Recursais e Ativo de Contrapartida	1.319	2.163
Bloqueio e Depósitos Judiciais/Recursais	1.319	705
Créditos de Ações Judiciais cobertas pelo parágrafo 1º art. 79 - ITAIPU	-	1.458
Provisões Líquidas da Gestão Previdencial	1.239	146

6.3 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

6.3.1 CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS E PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS

O Supremo Tribunal Federal - STF ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS e para o Programa de Integração Social-PIS, entendeu que somente existirá base de cálculo das mencionadas contribuições se houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos de pensão é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (Sobrecarga Administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a Fibra interpôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, à recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

Diante de decisão desfavorável, a Fibra em 07 de dezembro de 2011, protocolou Embargos de Declaração, pois foi verificado que o acórdão publicado, partiu de premissas equivocadas, incorrendo, ainda, em omissão, cuja correção revelou-se essencial ao correto, deslinde da presente controvérsia. Com isso, foi requerido que seja reconhecido a não sujeição do PIS e da COFINS, pois a execução de planos de benefícios previdenciários, não se enquadram no conceito de faturamento previsto no artigo 3º da Lei nº 9.718/98, nos termos da decisão do STF.

6.3.2 PROVISÕES PARA PROCESSOS TRABALHISTAS:

A Fibra em 2010, após avaliação jurídica de processo judicial impetrado por ex-empregado de seu quadro, efetuou provisão de R\$ 122 no Exigível Contingencial do Plano de Gestão Administrativa - PGA, para cobrir eventuais perdas. Conforme decisão de segunda instância, publicada em 23 de novembro de 2010, o autor foi condenado ao pagamento de custas para a Fibra.

Em atendimento ao princípio contábil do conservadorismo, a Fibra manteve a provisão atualizada de R\$ 146 até março de 2012, ocasião em que o processo foi transitado em julgado, com decisão favorável à Fibra e o valor foi revertido.

6.3.3 COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS DO PGA:

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS, para a COFINS e para o processo judicial de ex-empregada da Fundação, estão a seguir demonstrados:

	Valores Atualizados	
	2012	2011
Provisões Acumuladas		
COFINS	2.436	1.766
PIS	396	287
Provisões trabalhistas	0	143
Subtotal das provisões acumuladas	2.832	2.196
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(2.832)	(2.053)
Provisões Líquidas do Exigível Contingencial do PGA	0	143

7 EXIGÍVEL ATUARIAL

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2012, e respectiva movimentação no exercício que findam nesta data são as seguintes:

Provisões Matemáticas	2012	2011
Benefícios Concedidos	1.538.139	1.326.401
Benefícios definidos	1.538.139	1.326.401
Benefícios a Conceder	841.157	737.315
Benefícios definidos	841.157	737.315
(-) Provisões Matemáticas a Constituir - Serviços passados	(46.343)	(44.833)
Reservas a amortizar	(46.343)	(44.833)
Total de Provisões Matemáticas	2.332.953	2.018.883

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

	2012	2011
No início do exercício	2.018.883	1.810.764
Constituição no exercício	314.070	208.119
Saldo no final do exercício	2.332.953	2.018.883

8 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representam os resultados realizados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados. O superávit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 59.007 (R\$ 74.864 em 2011).

9 FUNDOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A constituição nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:

	2012	2011
Fundo administrativo permanente	460	526
Saldo inicial	526	458
Constituição/Reversão	(66)	68
Fundo administrativo financeiro	22.330	20.257
Saldo anterior	20.257	17.756
Custeio administrativo do exercício	10.572	9.878
Despesas administrativas do exercício	(11.353)	(9.858)
Remuneração do fundo	2.645	2.544
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	66	(68)
Reversões/Constituições de contingências	143	5
Saldo dos fundos da gestão administrativa	22.790	20.783

10 OUTRAS CONTRATAÇÕES COM O PATROCINADOR - ITAIPU- RESCISÃO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

O “Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento” foi assinado, entre a Fibra e o patrocinador Itaipu Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. A cópia do contrato foi remetida para a Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a Fibra e o patrocinador Itaipu, foi aprovada.

As parcelas do montante contratado estão sendo pagas por Itaipu em 230 parcelas, sendo que em 2012, foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente, cujo ajuste recebido em 2012 foi de R\$ 4.186 (R\$ 3.480 em 2011). As parcelas remanescentes, referentes ao referido instrumento, somam um total de 122 parcelas.

Os efeitos desta operação no patrimônio da Fibra em 31 de dezembro de 2012 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras contratações com o Patrocinador - Rescisão da Dação em Pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	86.062
(-) 12 parcelas recebidas em 2012	(10.084)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2012	9.961
= saldo em 31/12/12	85.219

11 DÉBITO DO PATROCINADOR NO CASO DE RETIRADA HIPOTÉTICA

De acordo com a nota técnica atuarial do atuário independente, a reserva matemática em 31 de dezembro de 2012, considerando a retirada hipotética do Patrocinador, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06/88, alcançou o valor de R\$ 2.261.732 (R\$ 1.982.286 em 2011), feita dentro do princípio de “Benefícios com direitos já acumulados”, avaliada retirando-se a projeção de crescimento real de salário e considerando-se o “turnover” nulo.

SILVIO RENATO R. SILVEIRA

Diretor Superintendente
CPF - 514.772.629-20

FLORÍCIO MEDEIROS DA COSTA

Diretor de Seguridade
CPF - 425.879.210-15

DENYSE GUBERT ROCHA

Diretora de Administração e Processos
CPF - 510.083.789-68

EDMILSON RICARDO

Contador - CRC PR 033.375/0-8
CPF - 566.559.329-04

PARECER ATUARIAL

V.1 - CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o plano de benefícios da Fibra, utilizando as hipóteses atuariais apresen-

tadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela Fibra, resultou no custo total de 26,40% (excluído o custo administrativo e a contribuição normal de 10% dos aposentados destinada a participar do custeio normal dos beneficiários), conforme abaixo descrito:

Tipo de Benefício	Custo (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias	20,03%	20,13%
Invalidez	0,87%	0,90%
Pensão por Morte	2,50%	2,57%
Auxílio-doença	-	-
Pecúlio por Morte	-	-
Resgates	0,05%	0,05%
Outros Benefícios (Auxílio Reclusão e Funeral)	0,02%	0,02%
Outros Benefícios (Benef.esp.temperário p/Morte)	0,24%	0,07%
Sub-Total (1)	23,71%	23,74%
Suplementar	2,32%	2,32%
Jóias	0,31% ^{*2}	0,34% ^{*2}
Sub-Total (2)	2,63%	2,66%
Total (1)+(2)	26,34%	26,40%
Custo Administrativo	-1	-1

**1 A sobrecarga administrativa, de total responsabilidade patronal, será igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistidos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.*

**2 Esse custo Não foi incluído no SUB-TOTAL (1).*

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2012, a idade média dos participantes ativos é de 41,17 anos, desconsiderando-se os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2012 é de 42,71 anos.

2) O custo total reavaliado de 26,40% será custeado, no exercício de 2013, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	9,02% ^{*1}	9,08% ^{*1}
Contribuição Normal da Patrocinadora	15,00% ^{*2}	15,00% ^{*2}
Sub-total	24,02%	24,08%
Custo Suplementar	2,32%	2,32%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	26,34%	26,40%
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:		
Aposentados	10,00%	10,00%
Pensionistas	0,00%	0,00%

**1 Inclui a contribuição Normal referente à Joia Atuarial: 8,74% + 0,34% = 9,08%, sendo 0,34% o percentual contributivo médio dos participantes destinado a dar cobertura à Joia Atuarial.*

**2 Não está incluída a contribuição destinada ao custeio administrativo, de total responsabilidade patronal, de valor igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistidos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.*

A Contribuição Normal Pura vigente (que não inclui a sobrecarga administrativa) de 24,08% da folha do Salário Real de Contribuição é inferior ao Custo Normal Puro (que também não inclui a sobrecarga administrativa) de 25,28%, atuarialmente reavaliado, sem aplicação do ajuste de 1,20%. Tal fato significa que a Contribuição Normal Pura, que vem sendo praticada, é inferior ao Custo Normal, atuarialmente reavaliado, de 25,28%, antes do seu ajuste aos 24,08% correspondentes à Contribuição Normal Pura. Este resultado indica a necessidade de revisão das

alíquotas de contribuição dos participantes ativos, principalmente por tratar-se de déficit estrutural. A Fibra, neste caso, submeterá a proposta de revisão do seu Plano de Custeio ainda no 1º semestre de 2013, ao do Conselho Deliberativo da entidade.

V.2 - VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e do Patrimônio de Cobertura deste Plano do final do ano de 2011 para o final do ano 2012, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2011	31/12/2012	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	1.326.401	1.538.139	15,96%
Provisão de Benefícios a Conceder	737.315	841.157	14,08%
Provisão Matemática a Constituir	(44.833) ^{*1}	(46.343)	3,37%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	2.018.883	2.332.953	15,56%
Resultado Técnico Acumulado	74.864	59.007	(21,18)%
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.093.747	2.391.960	14,24%

*1: A ser amortizada pelo pagamento da Itaipu BINACIONAL da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial a vigorar durante 468 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 183 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2013, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

OBSERVAÇÃO: No que tange à destinação do superávit, o estabelecido na Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, aplicável ao exercício de 2012, impõe diversas exigências, tais como a obtenção de superávits superiores a 25% das reservas matemáticas (passivo atuarial), avaliação atuarial com taxa máxima real de juros para o exercício de 2012 de 5% ao ano e utilização de tábua biométrica com mortalidade não superior a da AT-2000 suavizada em 10%. Assim, qualquer proposta da destinação do superávit só poderá ser apreciada e discutida na Fibra quando o Plano de Benefícios atender a todos os requisitos da referida Resolução. Atualmente o superávit do Plano é de 2,53% das reservas matemáticas, ou seja, aquém dos 25% estabelecidos pela legislação.

V.3 - PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO:

1) Com relação à situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na Fibra, já considerando a adoção das novas hipóteses atuariais de Crescimento Real de Salários e Rotatividade na avaliação atuarial do exercício de 2012, a situação do Plano ficou superavitária em R\$ 59.006.810,05, equivalente a 2,47% do Patrimônio de Cobertura então existente de R\$ 2.391.960.054,98.

2) Em relação às hipóteses de rotatividade (aqui entendida como saída do Plano sem direito a receber benefício) e de projeção de crescimento real de salário, conforme também já destacado e mencionado no item 1, houve atualização das escalas, utilizando-se como base os dados dos participantes, posicionados nos meses de dezembro, relativos aos anos de 1997 a 2011, sendo que no ano de 2012, a base de dados foi posicionada em agosto de 2012. Para atualizar a escala de rotatividade foram utilizadas as informações referentes aos participantes que se desligaram do Plano e efetuaram resgate ou portabilidade neste intervalo de tempo. Na aplicação da metodologia utilizada para refletir com aderência tais hipóteses, obteve-se os seguintes resultados: crescimento real médio de salário: 2,19% ao ano em

2012 versus 2,15% ao ano em 2011 e rotatividade média anual: 0,13% em 2012 da mesma forma que em 2011.

A taxa real de juros, para fins atuariais, foi reduzida de 5,75% para 5,50% ao ano, considerando os seguintes aspectos: i) a queda dos prêmios das NTN-B's, cuja móvel demonstra a tendência de continuidade do processo gradativo de redução da taxa de juros dos títulos públicos brasileiros ao longo dos anos futuros; ii) a rentabilidade da Fibra, que não está limitada (nem garantida) pelas NTN-B's, pois a alocação dos investimentos é diversificada, podendo-se esperar um prêmio de rentabilidade no longo prazo pelo risco da carteira; iii) a existência de NTN-B's em carteira marcadas na curva com prêmios superiores à meta atuarial; iv) os limites de taxa de juros estabelecidos pela alteração da Resolução nº18/2006;v) as discussões havidas no âmbito do Conselho Deliberativo sobre as questões acima apresentadas. O impacto da mudança da taxa de juros de 5,75% para 5,50% no passivo da Fibra foi de R\$ 85.551 mil.

3) Permaneceram sem qualquer alteração as seguintes hipóteses atuariais adotadas:

i) Tábua de Mortalidade Geral: Mantida em 2012, ou seja, considerando o "qx da AT-2000 (Desagravado em 10%)";

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: Mantida em 2012, ou seja, considerando o " da AT-83 (Desagravado em 10%)";

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Mantida em 2012, ou seja, considerando o "ix = LIGHT-FRACA";

iv) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Mantido em 2012 no mesmo nível de 100%, adotado em 2011, já que, da mesma forma de 2011, 2010 e 2009, se está trabalhando com a média atualizada do Salário Real de Benefício (SRB) definido no Regulamento do Plano;

v) Em relação à composição familiar, manteve-se a premissa de Família Média, para os benefícios de pensão por morte dos participantes ativos e assistidos (ainda não falecidos), considerando a realidade da diferença média da ordem de 6 anos de idade entre os atuais participantes assistidos e respectivos beneficiários vitalícios (cônjuge ou equivalente), conforme parecer atuarial JM/3607/2012, de 18 de dezembro de 2012. Em relação aos benefícios já concedidos de pensão por morte, foi mantida a adoção da família efetiva. A premissa de Família Média permanece sob monitoramento; e

vi) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: Mantida em 2012 no mesmo nível de 98,10% adotado em 2011 e 2010, em conformidade com o JM/3606/2012 de 18 de dezembro de 2012.

4) Devemos destacar que este Plano de Benefício Definido da Fibra possui em carteira própria papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação, com "spread" superior à meta atuarial, cujo registro contábil, nos termos do artigo 6º da Resolução CGPC nº 04/2002, está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos conforme taxa pactuada. Em dezembro/2012, por ocasião do balanço anual da entidade, conforme previsto na legislação, parte destes títulos públicos (NTN-B) foram reclassificados da curva para mercado, conforme segue:

Ativo	Data de Aquisição	Data de Vencimento	Quantidade
NTN-B	09/01/2008	15/05/2013	10.000
NTN-B	30/01/2008	15/05/2013	10.000
NTN-B	26/11/2008	15/05/2013	10.000
NTN-B	10/12/2008	15/05/2013	10.000
NTN-B	26/05/2010	15/05/2015	10.000
NTN-B	18/05/2006	15/05/2015	10.000
NTN-B	16/08/2007	15/05/2015	10.000
NTN-B	17/08/2007	15/05/2015	10.000
NTN-B	19/05/2011	15/08/2016	10.000
NTN-B	14/07/2011	15/08/2016	10.058
NTN-B	11/07/2007	15/05/2017	20.000
NTN-B	23/12/2011	15/08/2020	10.000
NTN-B	29/01/2009	15/08/2020	10.856
NTN-B	05/02/2009	15/08/2020	21.584
NTN-B	17/05/2006	15/08/2024	10.000

O total da reclassificação das NTN-B resultou em R\$ 58.934 mil, que foram baixados para compor o total do ativo líquido, passando de R\$ 2.333.026 mil para R\$ 2.391.960 mil. Assim o resultado acumulado do fundo passou para o superávit R\$ 59.007 mil. O motivo da reclassificação destes títulos deve-se, principalmente, à cobertura parcial dos efeitos da redução da taxa de juros na avaliação atuarial de dezembro/2012, de 5,75% para 5,5%, seguindo a redução gradual da taxa de desconto atuarial, prevista na nova versão da Resolução MPAS/GCPC nº18. Apesar da reclassificação dessas NTN-B permanece a diferença entre o valor contabilizado e o valor de mercado do restante dos títulos, que aumentaria em R\$ 336.957 mil o superávit existente. A capacidade financeira relativa à adoção de procedimento de registro de títulos classificados como “títulos até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

5) A rentabilidade nominal líquida efetivamente obtida ao longo de 2012 pela Fibra, nas aplicações financeiras deste Plano, utilizando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de 16,58% ou de 17,11% por cotas, o que representou, em relação ao IPCA do IBGE, aplicado com um mês de defasagem (ou seja, em relação ao indexador atuarial projetado, ao final de 2011, para o ano de 2012) no período de janeiro a dezembro de 2012, se obter juro real de 10,47% ao ano (com base na TIR) ou de 10,97% ao ano (com base no sistema de cotas), estando considerado o efeito da reclassificação das NTN-B referida no item 5 anterior.

NOTA: Sem a defasagem de um mês utilizada na aplicação do IPCA como indexador, ou seja, considerando a variação do IPCA do IBGE de janeiro a dezembro de 2012, se obteve ao longo de 2012 uma rentabilidade real de 10,65% ao ano (com base no sistema de cotas).

6) O total das Provisões Matemáticas, em 31/12/2012, considerando um hipotético saldamento deste Plano de Benefício Definido, com a concessão de um benefício proporcional ao tempo averbado de filiação ao Plano para os participantes não assistidos e com a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos (incluindo a garantia do pagamento dos benefícios diferidos), foi avaliado considerando nulos tanto o crescimento real de salário quanto a rotatividade, tendo sido obtido como resultado o valor de R\$ 2.261.732 mil, que encontra plena cobertura no Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 2.391.960 mil, sendo relevante ressaltar

quanto a essa situação, que a descontinuidade de um Plano de Benefícios Previdenciários de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos considerados na avaliação atuarial aqui realizada, devendo ser tais questões, previamente analisadas com profundidade, caso, por qualquer motivo, um cenário de descontinuidade venha a se apresentar.

7) Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, tem de continuar na hipótese relativa ao retorno dos investimentos.

8) Finalmente uma questão relevante envolvendo Riscos Atuariais decorre do fato de, em grande parte dos últimos anos, o Patrocinador estar concedendo reajuste salarial incorporado à sua Tabela Salarial e, como o reajuste dos Assistidos toma por base os reajustes salariais registrados na Tabela Salarial do Patrocinador, tal fato vem acarretando um aumento real no valor das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, o qual vinha sendo coberto pela obtenção de rentabilidade acima da Meta Atuarial de Rentabilidade (reajuste salarial/de benefício acrescido dos juros reais utilizados como hipótese atuarial), situação que, com a queda acentuada das taxas reais de retorno dos investimentos, não mais está ocorrendo e nem deverá voltar a ocorrer e, neste contexto, caso a prática permaneça, torna-se necessário encontrar uma fonte perene de custeio, como, por exemplo, o Patrocinador assumir a cobertura dos aumentos nas Provisões Matemáticas decorrente dos aumentos reais de salários incorporados a sua Tabela Salarial ou a apuração e inclusão, como hipótese atuarial, o aumento real de benefício decorrente desse procedimento adotado pelo Patrocinador para dar aumento real de salário.

V.4 - QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA:

1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas no item III letra “a” desta D.A., os regimes atuariais de financiamento apresentados no item III da Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios da Fibra (JM/0406/2013) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fibra, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os eventuais ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A.

V.5 - VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS:

Na evolução das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) desde o encerramento do exercício de 2011 até o encerramento do exercício de 2012, os impactos que merecem destaque são os seguintes:

i) Acréscimo de 14,08% na Provisão de Benefícios a Conceder decorrentes, entre outros aspectos, do impacto dos seguintes fatores:

- Reajuste realizado, em novembro de 2012, na Tabela Salarial do Patrocinador de 5,45%, referente ao IPCA do IBGE acumulado de novembro/2011 a outubro/2012 somado ao ganho real de 1,25%, totalizando 6,77%;
- Evolução real do Salário Real de Benefício ao longo do ano de 2012 de 12,69%;
- 55 novas inscrições de participantes com repercussões na idade média e na remuneração média dos participantes ativos;
- Embora mantidas as metodologias de cálculo dos parâmetros relativos à projeção de crescimento real de salário e à projeção de rotatividade, a taxa de crescimento real de salário aumentou de 2,15% ao ano em 2011 para 2,19% ao ano em 2012 e a taxa de rotatividade (saída sem direito a benefícios) se manteve em 0,13% ao ano; e
- Redução da taxa real de juros de 5,75% para 5,5% ao ano.
- Provisão de 0,60% referente ao IPCA do IBGE de novembro de 2012 a ser aplicado em dezembro de 2012, de forma a que a Provisão de Benefícios Concedidos ficasse a preços de dezembro de 2012;

ii) Acréscimo de 15,96% na Provisão de Benefícios Concedidos decorrentes, entre outros aspectos, do resultado líquido dos seguintes fatores:

- Acréscimo do número de assistidos, em 67 pessoas, que passou de 1.379 em novembro/2011 para 1.450 em novembro/2012 sendo 1.260 benefícios de aposentadorias e 190 benefícios de pensão por morte;
- Reajuste realizado, em novembro de 2012, na Tabela Salarial do Patrocinador, que é também aplicado aos benefícios concedidos, de 5,45%, referente ao IPCA do IBGE acumulado de novembro/2011 a outubro/2012 somado ao ganho real de 1,25%, totalizando 6,77%;
- Provisão de 0,60% referente ao IPCA do IBGE de novembro de 2012 a ser aplicado em dezembro de 2012, de forma a que a Provisão de Benefícios Concedidos ficasse a preços de dezembro de 2012; e
- Redução da taxa real de juros de 5,75% para 5,5% ao ano.

iii) Variação de 3,37% no valor da Provisão Matemática a Constituir decorrente, basicamente, do resultado líquido dos seguintes fatores:

- Alteração no crescimento real salarial médio de 2,15% ao ano (na avaliação atuarial do ano de 2011) para 2,19% ao ano (na avaliação atuarial de 2012);
- Redução da taxa real de juros de 5,75% para 5,5% ao ano; e
- Evolução, pela decorrência de mais 12 meses, do prazo remanescente de vigência da contribuição suplementar patronal de 2,32% da folha salarial, de 195 meses para 183 = 195 - 12 meses.

Neste contexto, a evolução do Resultado Superavitário Acumulado de R\$ 74.864 mil apurado em 31/12/2011 para o Resultado Superavitário Acumulado apurado em 31/12/2012 de R\$ 59.007 mil, teve, basicamente, as seguintes origens:

- (1) Superávit Acumulado existente em 31/12/2011.....**R\$ 74.864 mil**
- (2) Atualização do Superávit Técnico Acumulado de 31/12/2011 pela meta atuarial de rentabilidade para 31/12/2012.....**R\$ 9.118 mil** (*1)
- (3) Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração nas hipóteses atua-

riais na avaliação de 31/12/2012.....**R\$ (98.789 mil)** (*2)

(4) Aumento real do Salário Real de Benefício acima do aumento real projetado para o ano de 2012.....**R\$ (31.502 mil)**

(5) Reclassificação das NTN-B.....**R\$ 58.934 mil**

(6) Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial de Rentabilidade no ano de 2012.....**R\$ 54.334 mil** (*3)

(6) Outros ganhos líquidos de origens diversas e pulverizadas não registrados acima.....**R\$ (7.952 mil)**

(7) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) Superávit Técnico Acumulado existente em 31/12/2012.....**R\$ 59.007 mil**

(*1) Igual a $[(1,0575 \times 1,0608) - 1] \times R\$ 74.864 \text{ mil} = R\$ 9.118 \text{ mil}$. (*2) Desses R\$ (98.789 mil), tem-se que R\$ (85.551 mil) se refere à redução de 5,75% ao ano para 5,50% ao ano na taxa real de juros / descontos e R\$ (13.238 mil) se refere ao reflexo das alterações feitas nas demais hipóteses atuariais. (*3) Igual a R\$ 2.391.960 mil (PL real) - R\$ 2.278.692 mil (PL estimado) - 58.934 mil = R\$ (54.334 mil).

V.6 - NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) do total das Provisões Matemáticas, encontra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

V.7 - ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido aberto a novas adesões de participantes, o regime financeiro de capitalização adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, que é o do Crédito Unitário Projetado, mostra-se plenamente adequado.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2013

JOSÉ ROBERTO MONTELLO

ATUÁRIO MIBA 426

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DD. DIRETORIA DA FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL FIBRA - CURITIBA - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIBRA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social consolidada, do ativo líquido por plano de benefício, da mutação do ativo líquido por plano de benefício, do plano de gestão administrativa consolidada e das obrigações

atuariais do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL - FIBRA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores, do parecer do atuário responsável pelos cálculos das provisões matemáticas e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL - FIBRA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL - FIBRA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL - FIBRA em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades reguladas pela PREVIC.

ÊNFASES PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3,6, as provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais que representam ao final de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus Be-

neficiários. Na avaliação atuarial de 2012 foram promovidas modificações nos métodos de financiamentos e hipóteses, em relação ao exercício de 2011, que resultaram no aumento das provisões matemáticas de R\$ 130.292 mil em 2012, e consequentemente na diminuição do superávit técnico. Nossa opinião não contém modificações em função deste assunto.

INVESTIMENTOS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.3, os Títulos Federais NTN-B da Categoria Títulos Mantidos até o vencimento, são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, pelas taxas pactuadas, conforme estabelece o artigo 3º, da Resolução CGPC nº 04/2002, de 30 de janeiro de 2002. Em dezembro de 2012, a Fundação transferiu parte de sua carteira própria de Títulos Federais NTN-B, da categoria Títulos Mantidos até o vencimento para a categoria Títulos para Negociação, conforme previsto no artigo 6º, da Resolução CGPC nº 04/2002. A transferência das NTN-B resultou em um acréscimo patrimonial de R\$ 58.934 mil, o que garantiu parcialmente o acréscimo das provisões matemáticas, decorrentes da redução da taxa de juros atuarial, em dezembro de 2012, de 5,75% para 5,5% seguindo a redução gradual da taxa de desconto atuarial, prevista na nova versão da Resolução MPAS/CGPC nº18. Conforme o artigo 6º, da Resolução CGPC nº 04/2002, a transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação, de modo a não descaracterizar a intenção evidenciada pela entidade fechada de previdência complementar quando da classificação nesta categoria e deve permanecer à disposição da Secretaria de Previdência Complementar a documentação que servir de base para a reclassificação de categoria, devidamente acompanhada de exposição de motivos da diretoria executiva da entidade fechada de previdência complementar. Na Ata da 188ª Reunião do Conselho Deliberativo, datada e chancelada em 07 de dezembro de 2012, consta informação de que a Fundação pretendia utilizar o procedimento citado, cuja ratificação ocorrerá na próxima reunião do Conselho Deliberativo. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Curitiba, 1º de fevereiro de 2013.

UHY MOREIRA AUDITORES

CRC S 3717 S PR

JORGE LUIZ M. CEREJA

Contador CRC RS 43679 S PR

CNAI 539

Sócio - Responsável Técnico

ELIANE TANIA RESMINI

Contadora CRC RS 59765 S PR

CNAI 1126

Auditora

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIBRA, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2012, das respectivas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, da Mutação do Patrimônio Social consolidada, do Ativo Líquido por plano de benefícios, do Plano de Gestão Administrativa consolidada e das Obrigações Atuariais do Plano por plano de benefícios, encerradas em 31 de dezembro de 2012, e das contas e atos da Diretoria Executiva relativos ao exercício de 2012, embasados, ainda, nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuarial e Economia Ltda e dos Auditores Independentes UHY - Moreira

Audidores são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, permitindo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2013.

JOÃO CARLOS FERRER GARCIA
Presidente

ANDRÉA SILVA MEDEIROS
Conselheira

NILSON CAMARGO COSTA
Conselheiro

LUIZ JULIO ZANCOPE
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIBRA, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram o Relatório Anual de Informações e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social consolidadas, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa UHY Moreira Auditores, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, do Estatuto da Fibra, relativo ao exercício de 2012.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2013.

JOÃO EMILIO CORRÊA DA SILVA DE MENDONÇA
Presidente

ROSIMERI FAUTH RAMADAS MARTINS
Conselheira

LAERTI ALVES QUADRADO
Conselheiro

ARIEL DA SILVEIRA
Conselheiro

JOSÉ CARLOS SIQUEIRA PEÇANHA
Conselheiro

HERALDO SOARES
Conselheiro

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2013

(Resumo - em atendimento à Resolução CGPC nº 23 de 06 dez. 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

Objetivos da Gestão: A gestão dos recursos da Fibra é realizada internamente pela própria Fibra e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimento, levando-se sempre em consideração o limite de risco da Fibra e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial / índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2013 a 12/2013	IPCA	5,50%

Alocação do Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	63,00%	75,00%	68,30%
Renda Variável	18,00%	23,00%	21,00%
Imóveis	1,80%	2,70%	2,20%
Empréstimos e Financiamentos	2,00%	4,50%	2,50%
Investimentos Estruturados	3,00%	7,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	1,80%	1,00%

* Alocação/Derivativos - Proteção+Exposição, conforme Art.44 da Resolução nº 3.792.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

As projeções utilizadas para 2013, no estudo de ALM, foram:

Selic: 1,92% a.a.	IGP-M: -0,11% a.a.	Ibovespa: 7,94% a.a.
Crédito + Prêmio: 1,94% a.a.	INPC/IPCA: 5,50% a.a.	

ÍNDICE DE REFERÊNCIA (BENCHMARK)

Segmento de Renda Fixa:

Meta de Curto Prazo (exercício): ponderação entre os fatores de risco componentes do estudo de ALM e os subíndices da família do Índice de Mercado Andima (IMA) correspondentes: IMA-B5 (IPCA) 30%, IMA-B5+ (IPCA) 59,5%, IMA-C5+ (IGP-M) 6,5%, CDI 4%.

Meta de Longo Prazo (10 anos): superar IPCA + 5,50%.

Segmento de Renda Variável:

Meta de Curto Prazo - Estratégia Core (1 ano): 60% IBOVESPA + 40% IBRX-100.

Meta de Curto Prazo - Estratégia Satélite (3 anos): IBOV + 3%.

Meta de Longo Prazo (10 anos): superar IPCA + 8%.

Segmento de Estruturados:

Meta de Curto Prazo (exercício): não se aplica.

Meta de Longo Prazo (10 anos): superar IPCA + 5,50%.

Segmento de Investimento no Exterior:

Meta de Curto Prazo (exercício): superar IPCA + 5,50%.

Meta de Longo Prazo (10 anos): superar IPCA + 8%.

Segmento de Imóveis:

Meta de Longo Prazo: superar IPCA + 5,50%.

Segmento de Empréstimos a Participantes:

Meta: superar IPCA + 5,50%.

Carteira Consolidada de Investimentos:

Meta de Longo Prazo (10 anos): superar IPCA + 5,50%.

CONTROLE DE RISCO

Os procedimentos de controle interno e de avaliação de risco de investimentos da Fibra, que utiliza um modelo de risco próprio para fins gerenciais, estão inclusos nos Procedimentos Gerenciais e Operacionais, nos

critérios e demais normas internas integrantes do escopo de certificação de qualidade da Fibra, aprovados pela Diretoria Executiva, e submetidos às auditorias interna e externa da qualidade, dentro do padrão da ISO-9000.

Os critérios para Avaliação dos Riscos estão assim dispostos:

- Risco de Crédito – RiskBank elaborado pela Consultoria Lopes & Filho Associados;
- Risco de Mercado – Metodologia VaR, Benchmark VaR, Component VaR, Testes de Stress e Backtesting;
- Risco de Liquidez – ALM (Asset Liability Management), Fluxo do Passivo Atuarial, Controle de Liquidez e Solvência;
- Risco Operacional – Consultoria RiskOffice / ISO 9000;
- Risco Legal – Administrador Fiduciário e parecer jurídico quando necessário;
- Risco Sistêmico – Análise de stress.

A Fibra buscará a garantia do equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos do Plano e o passivo atuarial por meio da realização de estudos de ALM contratados junto a especialistas de mercado, e a incorporação dos resultados destes estudos na Política de Investimento.

GESTÃO DOS RECURSOS

A gestão dos recursos da Fibra é realizada internamente pela própria Fibra e por intermédio de gestores contratados. Estes gestores são avaliados, anualmente, tendo como parâmetros os objetivos de cada segmento.

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

Qualitativos: Estrutura de Suporte e de Controle, Práticas de Marcação a Mercado, Capacidade Técnica, Histórico da Empresa e dos Controladores. Quantitativos: Total de Recursos Administrados, Custos, Riscos Incorridos e Rentabilidade Histórica auferida.

Estratégia de formação de preços: Os ativos serão valorizados a níveis vigentes no mercado, exceto aqueles de maior prazo a serem levados a vencimento, os quais serão valorizados pela taxa de aquisição.

Hedge: A Fibra poderá efetuar operações de hedge visando à proteção dos ativos componentes de suas carteiras de investimentos, sempre que os estudos técnicos assim recomendarem.

A Política de Investimentos da Fibra, na íntegra, está disponível no site www.fundacao itaipu.com.br ou, se desejar, solicite cópia impressa.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº. 13 de 01/10/2004, Art. 3º da Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/2006 e Instrução SPC nº 14 de 18/01/2007 alterada pela Instrução SPC nº. 21 de 07/04/2008 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

RESUMO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL, SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, CONTAS E ATOS DA DIRETORIA EXECUTIVA.

O conselho fiscal em sua reunião ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2013, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Fibra, após exame do Balanço Patrimonial de 2012, e demais demonstrações contábeis, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2012, emitiu parecer que as referidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômica-financeira da Fundação.

1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO

(Inciso I do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Composição dos Investimentos	Posição em 2011		Posição em 2012		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Min	% Max	% Alvo
Total das Aplicações	2.045.338.279	100,00	2.345.325.719	100,00	-	-	-
Renda Fixa	1.509.132.588	73,78	1.747.229.227	74,50	60	82	71
Renda Variável	380.284.600	18,59	419.156.770	17,87	13	23	18
Imóveis	48.832.573	2,39	47.111.228	2,01	1,5	4	2,5
Empréstimos	50.743.569	2,48	53.208.746	2,27	1,5	4,5	2,5
Estruturados	56.150.561	2,75	78.434.930	3,34	2,5	6	5
Exterior	0	0,00	0	0,00	0	2,5	1
Disponível em caixa	194.389	0,01	184.818	0,01	-	-	-

2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES

(Inciso IV, V e VIII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Segmento	Benchmark 2011	2011		Benchmark 2012	2012	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	IMA Balanceado	14,59	114,60	IMA Balanceado	18,07(1)	27,68
Renda Variável	60% IBOV+40% IBRX-100	-14,58	-15,47	60%IBOV+40% IBRX-100	14,77	9,09
Imóveis	IPCA+6%a.a.	109,14	12,89	IPCA+5,75%a.a.	5,43	11,92
Operações c/ Participantes	IPCA+6%a.a.	15,97	12,89	IPCA+5,75%a.a.	15,24	11,92
Estruturados	Não se aplica	1,36	Não se aplica	Não se aplica	17,28	Não se aplica
Rentabilidade Total	IPCA+6%a.a.	9,12	12,89	IPCA+5,75%a.a.	17,11 (2)	11,92

(1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é 27,82%

(2) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é 24,64%

3. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA (EM RELAÇÃO AO IPCA+5,75% A.A.)

(IN SPC 14 DE 18/01/2007 e IN SPC 21 DE 07/04/08)

Segmento	Meses	Segmento de Renda Fixa	Segmento de Renda Variável	Segmento de Empréstimos	Segmento de Imóveis	Estruturados	TMA (Mensal)
2012	Janeiro	1,20	8,76	1,27	0,39	0,02	1,03
	Fevereiro	1,06	4,07	1,21	0,40	(0,22)	0,92
	Março	1,13	(0,38)	1,21	0,45	9,46	0,68
	Abril	1,17	(2,62)	1,09	0,48	4,64	1,11
	Maió	1,17	(8,32)	0,88	0,41	0,02	0,83
	Junho	0,71	0,86	1,34	0,42	0,14	0,55
	Julho	1,11	3,04	1,25	0,42	0,34	0,90
	Agosto	1,10	1,27	0,96	0,43	0,13	0,88
	Setembro	1,05	2,86	1,13	0,53	(0,02)	1,04
	Outubro	1,36	(1,36)	1,15	0,45	0,86	1,06
	Novembro	0,93	1,46	1,33	0,46	0,95	1,07
	Dezembro	4,79	5,23	1,41	0,45	0,16	1,26
%	Acumulado 12 meses	18,07	14,77	15,24	5,43	17,28	11,92

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 14, de 18/01/2007 e nº 21, de 07 de abril de 2008. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (IPCA + 5,75% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Resolução CMN nº 3792 Relatório 2012 - Posição em 31/12/2012

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS		^(a) 2.345.325.719,14	100,00%
DISPONÍVEL/IMEDIATO	PRÓPRIA	184.818,39	0,01%
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		1.747.229.226,52	74,50%
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	PRÓPRIA	1.558.807.635,41	66,46%
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		1.515.644.182,32	64,62%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		1.515.644.182,32	64,62%
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		1.395.777.624,05	59,51%
NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C		97.834.486,51	4,17%
NTN - F - Notas do Tesouro Nacional - Série F		22.032.071,76	0,94%
2 - TÍTULOS PRIVADOS		43.163.453,09	1,84%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		43.163.453,09	1,84%
1 - DPGE		12.043.165,51	0,51%
Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO)		12.043.165,51	0,51%
2 - Debêntures		11.041.984,32	0,47%
Cemig GT		11.041.984,32	0,47%
3 - Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado		20.078.303,26	0,86%
Banco Bradesco S/A		45.317,13	0,00%
Paraná Banco S/A		10.016.810,46	0,43%
Banco Industrial S/A		10.016.175,67	0,43%
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		191.435.388,80	8,16%
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		181.636.186,18	7,74%
BRZ Crédito Privado FIM	TERCEIRIZADA	8.684.379,66	0,37%
Sulamérica Inflatie FI RF	TERCEIRIZADA	35.257.330,06	1,50%
BTG Pactual Emissões Primárias	TERCEIRIZADA	14.535.581,31	0,62%
BTG Pactual Yield DI Referenciado	TERCEIRIZADA	103.399.043,42	4,41%
BRZ Multirecebíveis	TERCEIRIZADA	19.759.851,73	0,84%
2 - QUOTAS DE FIDC		9.799.202,62	0,42%
FIDC Caixa UBS Pactual II	TERCEIRIZADA	5.342.483,48	0,23%
FIDC CEDAÉ	TERCEIRIZADA	4.456.719,14	0,19%
A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		(3.013.797,69)	-0,13%
Honorários Advocatícios		(3.013.797,69)	-0,13%
B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		419.156.770,34	17,87%
B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS		256.482.499,42	10,94%
Bradesco FIA Dividendos	TERCEIRIZADA	31.461.040,04	1,34%
ETF Ishares BOVA11	TERCEIRIZADA	54.977.295,43	2,34%
ETF Ishares PIBB11	TERCEIRIZADA	8.642.348,40	0,37%
ETF Ishares SMAL11	TERCEIRIZADA	9.981.855,00	0,43%
Franklin Templeton IBX FIA	TERCEIRIZADA	7.379.572,92	0,31%
Gap Ações Institucional FIA	TERCEIRIZADA	10.564.979,22	0,45%
Guepardo Ações FIA	TERCEIRIZADA	17.421.109,96	0,74%
JGP Institucional FIA	TERCEIRIZADA	10.958.225,67	0,47%
Legg Mason Dividend Yield FIC FIA	TERCEIRIZADA	9.546.326,18	0,41%

BTG Pactual Dividendos FIA	TERCEIRIZADA	10.223.329,71	0,44%
Sulamérica Expertise FIA	TERCEIRIZADA	22.641.006,60	0,97%
Vinci Gas Valor Sml FIC FIA	TERCEIRIZADA	22.663.304,77	0,97%
Bradesco FIA Institucional IBX Ativo	TERCEIRIZADA	40.022.105,52	1,71%
B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS		108.689.371,87	4,63%
BRAM FIB FIA	TERCEIRIZADA	47.350.403,83	2,02%
FIA Merlot	TERCEIRIZADA	61.338.968,04	2,62%
B3 - ALUGUEL DE ETF'S		53.984.899,05	2,30%
ETF Ishares BOVA11	TERCEIRIZADA	52.412.177,37	2,23%
ETF Ishares PIBB11	TERCEIRIZADA	1.265.359,20	0,05%
ETF Ishares SMAL11	TERCEIRIZADA	274.065,00	0,01%
Valores a receber	TERCEIRIZADA	33.297,48	0,00%
C - SEGMENTO DE ESTRUTURADOS		78.434.929,97	3,34%
C1 - QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS		78.434.929,97	3,34%
Capital Mezanino FIP	TERCEIRIZADA	9.321.448,33	0,40%
Neo Capital Mezanino FIP	TERCEIRIZADA	6.521.719,74	0,28%
Empreendedor Brasil	TERCEIRIZADA	6.037.833,28	0,26%
FIP Terra Viva	TERCEIRIZADA	4.437.357,66	0,19%
Brascan Petróleo e Gás	TERCEIRIZADA	1.799.706,79	0,08%
Logística Brasil FIP	TERCEIRIZADA	17.318.698,78	0,74%
Patria Real Estate II Private	TERCEIRIZADA	5.342.142,48	0,23%
Pátria Special Opportunities I	TERCEIRIZADA	3.157.478,59	0,13%
Rio Bravo Energia I	TERCEIRIZADA	18.695.593,40	0,80%
DLM Brasil TI FIP	TERCEIRIZADA	475.578,38	0,02%
Santander Capital Protegido Institucional Multimercado	TERCEIRIZADA	5.327.372,54	0,23%
D - SEGMENTO DE IMÓVEIS	PRÓPRIA	47.111.228,30	2,01%
D1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO		2.932.408,70	0,13%
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR Térreo, 5º e 9º andar		2.932.408,70	0,13%
D2 - EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA	PRÓPRIA	23.423.474,67	1,00%
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR		23.423.474,67	1,00%
D3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA	PRÓPRIA	20.755.344,93	0,88%
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		2.390.824,91	0,10%
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		2.693.855,73	0,11%
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		2.693.855,73	0,11%
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		2.693.855,73	0,11%
13º andar do Edifício Centro Comercial Itália		543.383,49	0,02%
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		2.743.428,13	0,12%
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		3.090.857,32	0,13%
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália		3.393.172,23	0,14%
Rua Marechal Deodoro, 630 - Centro - Curitiba - PR			
Direitos em Alienação de Investimentos em Imóveis		512.111,66	0,02%
Aluguéis a Receber		-	0,00%
E - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	PRÓPRIA	53.208.745,62	2,27%
Empréstimos Simples		53.208.745,62	2,27%
(-) Liberação de Empréstimos		-	0,00%

(*) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos do patrocinador oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 85.219.130,58.

Informações gerais:

Custodiante: Banco Bradesco S.A

Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A

Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A

Responsável pelo controle do risco: FUNDAÇÃO ITAIPU

Responsável pela auditoria de gestão: UHY Moreira Auditores

Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001

Administrador Qualificado: Silvio Renato Rangel Silveira - Diretor Superintendente da Fibra

Tel: 41-3321.4365 e-mail: rangel@fundacaoltaipu.gov.br

5. DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA

DATA:31/12/2012

(Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	RENDA VARIÁVEL	%	ESTRUTURADOS	%	OPERAÇÃO C/ PART.	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	1.555.978.656,11	89,04%	-	-	-	-	53.208.745,62	100,00	-	-	1.656.298.630,03	70,62%
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	191.435.388,80	10,96%	419.156.770,34	100,00%	78.434.929,97	100,00%	-	-	47.111.228,30	100,00	689.027.089,11	29,38%
BANCO SANTANDER S/A	-	-	61.338.968,04	14,63%	5.327.372,54	6,79%	-	-	-	-	66.666.340,58	2,84%
BANCO BRADESCO S/A	-	-	118.833.549,39	28,35%	-	-	-	-	-	-	118.833.549,39	5,07%
BANCO BRASCAN S/A	-	-	-	-	1.799.706,79	2,29%	-	-	-	-	1.799.706,79	0,08%
SULAMÉRICA	35.257.330,06	2,02%	22.641.006,60	5,40%	-	-	-	-	-	-	57.898.336,66	2,47%
BLACK ROCK	-	-	117.678.690,28	28,08%	-	-	-	-	-	-	117.678.690,28	5,02%
BANCO ITAÚ S/A	-	-	9.907.707,60	2,36%	-	-	-	-	-	-	9.907.707,60	0,42%
BRZ ADM DE RECURSOS S/A	28.444.231,39	1,63%	-	-	23.356.532,06	29,78%	-	-	-	-	51.800.763,45	2,21%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA	-	-	-	-	4.437.357,66	5,66%	-	-	-	-	4.437.357,66	0,19%
DLM INVISTA ASSET MANAGEMENT S/A	-	-	-	-	475.578,38	0,61%	-	-	-	-	475.578,38	0,02%
PATRIA INVESTIMENTOS	-	-	-	-	8.499.621,07	10,84%	-	-	-	-	8.499.621,07	0,36%
RIO BRAVO	-	-	-	-	18.695.593,40	23,84%	-	-	-	-	18.695.593,40	0,80%
NEO INVESTIMENTOS	-	-	-	-	15.843.168,07	20,20%	-	-	-	-	15.843.168,07	0,68%
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	127.733.827,35	7,31%	10.223.329,71	2,44%	-	-	-	-	-	-	137.957.157,06	5,88%
FRANKLIN TEMPLETON INVESTIMENTOS BRASIL	-	-	7.379.572,92	1,76%	-	-	-	-	-	-	7.379.572,92	0,31%
GAP ASSET MANAGEMENT	-	-	10.564.979,22	2,52%	-	-	-	-	-	-	10.564.979,22	0,45%
GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA	-	-	17.421.109,96	4,16%	-	-	-	-	-	-	17.421.109,96	0,74%
JGP GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-	10.958.225,67	2,61%	-	-	-	-	-	-	10.958.225,67	0,47%
WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY DTVM	-	-	9.546.326,18	2,28%	-	-	-	-	-	-	9.546.326,18	0,41%
VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA	-	-	22.663.304,77	5,41%	-	-	-	-	-	-	22.663.304,77	0,97%
TOTAL GERAL	1.747.414.044,91	74,51%	419.156.770,34	17,87%	78.434.929,97	3,34%	53.208.745,62	2,27%	47.111.228,30	2,01%	2.345.325.719,14	100,00%
(% s/ o total dos investimentos)												

6. RISCO DE MERCADO MENSAL (21 DIAS ÚTEIS) - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

VAR - VALOR EM RISCO	2011		2012		% LIMITE POLÍTICA
	VALOR R\$	% DO VALOR	VALOR R\$	% DO VALOR	
SEGMENTO DE RENDA FIXA	21.934.848	1,32	37.364.549	2,13	6,00 ⁽¹⁾
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	20.052.438	5,27	26.654.984	6,36	30,00 ⁽¹⁾
SEGMENTO DE ESTRUTURADOS	854.258	1,52	972.107	1,24	10,00 ⁽¹⁾

(1) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2012, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011.

7. RISCO DE CRÉDITO⁽⁹⁾

SEGMENTO DE RENDA FIXA	2011	2012	% LIMITE RESOLUÇÃO 3.792
BAIXO RISCO DE CRÉDITO TESOUREO	89,50%	86,60%	100,00%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO OUTROS (INCLUI TÍTULOS PRIVADOS)	10,50%	13,40%	80,00%
MÉDIO E ALTO RISCO DE CRÉDITO	-	-	20,00%

(9) Percentual em relação à carteira de investimentos.

8. EMISSÕES DE TÍTULOS PRIVADOS CARTEIRA PRÓPRIA

EMPRESA	APLICAÇÃO ATUAL	% PL
EMPRESAS FINANCEIRAS	32.121.468,77	1,37
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BICBANCO)	12.043.165,51	0,51
BANCO BRADESCO S/A	45.317,13	0,00
PARANÁ BANCO S/A	10.016.810,46	0,43
BANCO INDUSTRIAL S/A	10.016.175,67	0,43
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	11.041.984,32	0,47
CEMIG GT	11.041.984,32	0,47
TOTAL	43.163.453,09	1,84

9. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS

DESCRIÇÃO	2011	2012
DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DA FIBRA	9.857.587,36	11.353.305,97
PESSOAL E ENCARGOS	6.940.656,33	7.988.019,35
DESPESAS COM TREINAMENTOS - INSCRIÇÕES E VIAGENS	59.684,33	101.227,11
CONSULTORIA ATUARIAL E PREVIDENCIÁRIA	132.302,96	112.851,52
AUDITORIA EXTERNA	77.918,80	44.370,05
CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS	300.147,31	296.444,41
CONSULTORIA INFORMÁTICA	222.027,31	360.256,37
DESPESAS ADVOCATÍCIAS	247.526,92	275.940,58
COMUNICAÇÃO SOCIAL	60.188,50	164.707,06
CONSULTORIA DE RH	36.738,14	67.002,58
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARE	12.360,97	12.489,59
CONSULTORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	82.069,35	36.599,24
MICROFILMAGEM/DIGITALIZAÇÃO E ARMAZENAGEM DE DOCS	18.702,13	16.967,92
MENSAGEIROS, AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E OUTRAS	77.473,06	64.125,08
MATERIAL DE EXPEDIENTE	46.397,42	49.591,57
SEGUROS	34.048,73	31.793,78
ALUGUEIS	194.114,37	204.886,84
AGUA, LUZ E TELEFONE	42.716,97	41.488,43
ASSOCIAÇÕES DE CLASSE	62.875,68	62.314,76
DESPESAS DE VIAGENS	202.495,76	269.578,71
DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS	53.407,98	41.799,30
CONSERVAÇÃO, LIMPEZA, COPA, MANUTENÇÃO E CONDUÇÃO E TRANSPORTE	113.809,78	130.598,09
DESPESAS LEGAIS E TRIBUTÁRIAS (PIS, COFINS, TAFIC)	702.468,58	829.394,34
JORNAIS, LIVROS E REVISTAS	10.985,86	7.801,40
DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES	126.470,12	143.057,89

CUSTOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS	2011	2012
DESCRIÇÃO	TOTAL	TOTAL
P1) - DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	900.058,91	662.926,87
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECUPERAÇÃO DE INVESTIMENTOS	415.587,39	236.300,65
IPTU E CONDOMÍNIO DE IMÓVEIS NÃO LOCADOS E TAXA DE VENDA DE IMÓVEIS	100.826,87	53.863,15
INSS S/ÁREAS AVERBADAS DO EDIFÍCIO PARIGOT DE SOUZA	54.684,05	-
CUSTÓDIA/CONTROLADORIA	263.529,87	299.249,74
SELIC, CETIP E OUTRAS	65.430,73	73.513,33
2) - DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS EXCLUSIVOS	1.278.364,86	1.214.695,97
AUDITORIA EXTERNA	15.680,00	17.355,38
CUSTÓDIA/CONTROLADORIA	86.289,54	74.662,22
CORRETAGENS	443.055,17	557.818,19
SELIC, CETIP, CBLC E OUTRAS	111.985,70	57.408,42
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DOS FUNDOS EXCLUSIVOS	575.274,45	453.691,76
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DA CVM	46.080,00	53.760,00
TOTAL DOS CUSTOS DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	2.178.423,77	1.877.622,84
TOTAL DAS DESPESAS	12.036.011,13	13.230.928,81

10. INFORMAÇÕES GERAIS

Custodiante: Banco Bradesco S.A
 Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A
 Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A
 Responsável pelo controle de risco: Fundação Itaipu
 Responsável pela auditoria de gestão: UHY Moreira Auditoras.